3 1761 08248510 3

Academia das Sciencias de Lisboa
Centenarios de Ceuta e de
Afonso de Albuquerque

DT
329
C5A4

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

CENTENÁRIOS

DE CEUTA E DE AFONSO DE ALBUQUERQUE

Sessão solene da Academia das Sciências de Lisboa
em 16 de Dezembro de 1915,
Quarto centenário
da morte de Afonso de Albuquerque

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA
Rua do Arco a Jesus, 113
1916

CENTENÁRIOS

DE CEUTA E DE AFONSO DE ALBUQUERQUE

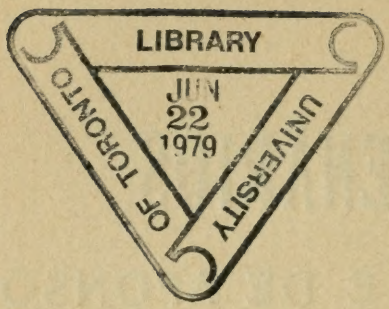
ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

CENTENÁRIOS

DE CEUTA E DE AFONSO DE ALBUQUERQUE

Sessão solene da Academia das Sciencias de Lisboa
em 16 de Dezembro de 1915,
Quarto centenário
da morte de Afonso de Albuquerque

ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE LISBOA
Rua do Arco a Jesus, 113
1916



COIMBRA — IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

DT
329
C5 A4

ALOCUÇÃO

DO PRESIDENTE DA ACADEMIA, HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA

Senhor Presidente da República:
Meus prezados confrades:
Minhas senhoras e meus senhores:

A Academia das Sciências de Lisbôa teve um belo sonho, que devia materializar-se no decurso do ano que está a terminar. Se a sua realização se reduziu ao mínimo, não faltará quem atribua a causa desse desar às deficiências daquele, sobre cujos hombros pesa o mais eminente cargo que nêste país pode desempenhar um lidador do pensamento. Esse homem, que neste momento vos fala, não sente comtudo no seu fôro intimo motivos de penitência. Não é culpa sua se o acanhado das faculdades lhe frustrou a pertinácia dos esforços.

O sonho era grandioso com efeito, mas não inexequível. Dentro do ano presente, por coin-

cidência que algo de misterioso aparenta, caía o quinto centenário da conquista de Ceuta, a 21 de agosto, e o quarto centenário da morte de Afonso de Albuquerque, a 16 de dezembro. No mesmo ano, rememorava-se o início da expansão portuguesa alem das fronteiras continentais, e o auge da grandeza marítima de Portugal: uma aurora e um meio dia esplêndido; o desabrochar de uma admirável civilização e a sua prodigiosa florescência; o começo e a culminância de uma epopeia, como jámais a engendraram épicas fantasias.

Um jubileu nacional, retumbante e radioso, devera preencher êsse intervalo de quatro mezes, síntese comemorativa do maior século de Portugal. Nele cabia a evocação das mais límpidas glórias da nossa raça, desde o infante D. Henrique, o visionário de mundos, até Afonso de Albuquerque, o construtor de impérios; cíclo fulgurante onde cabiam os nomes de Gil Eanes, de Afonso V, de João II, de Diôgo Cão, de Diôgo de Azambuja, de Bartolomeu Dias, de Vasco da Gama, de Duarte Pachêco, de Alvares Cabral, de D. Francisco de Almeida... Espalho ao acaso um punhado de poeira diamantina, que durante êsse período levantariamos das entranhas da história aos olhos do mundo deslumbrado.

Isto se devera de fazer, para honra nossa.

Era no altar da tradição que proclamariamos solenemente, entre hosanas e peans festivos, a nossa ância de viver, que acenderiamos na chama do passado o facho que nos iluminaria a senda do futuro.

Eis o que sonhou a Academia das Sciências de Lisboa. E dêste sonho compartilhou uma associação, onde o culto das glórias pátrias sobreleva igualmente a todas as preocupações comezinhas que exgotam sem proveito a alma nacional. Refiro-me á Sociedade de Geografia de Lisboa, que espontaneamente veiu ao encontro da nossa iniciativa. Por um momento, as duas agremiações supozeram que a mesma visão grandiosa se antojara ao govêrno da República. Foi quando, num diplôma oficial, se nomeiou a grande comissão dos centenários e se decretaram algumas providências para os celebrar. A comissão académica, que havia muito encetara os seus trabalhos, foi englobada nessa grande comissão, ficando especialmente encarregada das publicações comemorativas.

Como ela se tem desempenhado do honroso mandato, di-lo ha dentro em pouco o seu ilustre secretário. Como a Sociedade de Geografia, limitada aos seus recursos, mostrou que ao trabalho nacional do presente poderia servir de incitamento a glorificação da nossa esplên-

dida tarefa no pretérito, manifesta-o claramente o certame inaugurado no dia centenário da tomada de Ceuta.

Uma sessão solene alí se realizou então, para a qual a benemérita Sociedade amavelmente solicitou a cooperação da Academia. Outra sessão solene realiza hoje a Academia das Sciências, reciprocamente honrada com a colaboração da Sociedade de Geografia de Lisboa, comemorando o quarto centenário da morte de Afonso de Albuquerque.

Eis a magra contribuíção que, para dar corpo ao nosso sonho, coube dentro dos recursos das duas agremiações. Forçoso é reconhecer que a nossa iniciativa encontrou reduzido eco na alma nacional, e que os poderes públicos não a acolheram com desmedido entusiasmo.

Tem justificações a sua inercia, devo confessa-lo com sinceridade. Compreendo que, se as circunstancias internas não favoreciam uma acção intensa da parte dos governos da República, mais ponderosos argumentos de escusa lhe fornecia ainda a calamítosa condição da Humanidade inteira, no período que vamos atravessando anciosos. E não se deve regatear o nosso louvor à decidida protecção que deram às publicações, as quais constituem a parte verdadeiramente perdurável da comemoração.

Agora mesmo, a honrosa comparência de S. Ex.ª o Presidente da República e das entidades preponderantes do Estado, na solenidade promovida pela Academia das Sciências, bem claro prova que não se desinteressaram pela nossa iniciativa. Respeitosamente a agradece a Academia, cujos seculares serviços á sciência e á pátria nem sempre são reconhecidos com a devida justiça.

Nisso tem ela a triste glória de se irmanar com tantas vítimas da ingratidão dos soberanos, quer seja individual ou colectiva a soberania. E muito particularmente com o grande heroe cujo nome evocamos hoje. «Mal com os homens por amor do rei, mal com o rei por amor dos homens!» gemia Albuquerque no limiar da Morte.

A Academia porêm, senhor Presidente da República, confia em que o alto favor de V. Ex.ª, supremo representante da soberania popular, não lhe dará motivo para se arrogar, pelo menos, o derradeiro membro da desconsolada frase.

RELATÓRIO

DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ACADÉMICA DOS CENTENÁRIOS, PELO SECRETÁRIO DA MESMA COMISSÃO, DR. ANTÓNIO BAIÃO

Senhor Presidente
Minhas Senhoras
Meus Senhores:

Um acaso feliz ou infeliz — nem bem sei dizê-lo — faz com que seja eu o encarregado de vir aqui relatar os serviços da comissão académica dos centenários da tomada de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque.

Só a magnitude d'esses serviços supre em parte a insuficiência do relator.

1415 e 1515 são as duas datas que a comissão pretendeu literáriamente celebrar. E por isso, desde dezembro de 1911, periodicamente se veem reunindo num cenáculo santo porque nêle só impera a sciência, num afan patriótico bem justificado pela causa que a isso o move, os vogaes desta comissão superiormente presidida

pelo ilustre académico sr. Henrique Lopes de Mendonça.

A história do nosso domínio em Marrocos estava ainda por fazer. Afóra os cronistas que do assunto tratam *per summa capita,* o que havia mais? Um ou outro artigo disperso, uma ou outra pequena contribuição.

É verdade que a *Biblioteca Lusitana* nos fala em vários manuscritos, mas um dêles tem-no a comissão no prélo e de dois, cujos autôres fulguram na nossa história literária quinhentista, João de Barros e Andrade Caminha, não é conhecido o seu paradeiro.

Quem descobrir as *Decadas da Africa* do primeiro ou os *Comentários da história d'Arzila no tempo do govêrno de António da Silveira* do segundo terá prestado um alto serviço á literatura e à história nacional.

D'aí vem toda a extraordinária importância dos trabalhos desta comissão.

Como os raios do sol adelgaçando a névoa densa, que por fim dissipam, assim a história do domínio português em Marrocos começa a emergir a pouco e pouco desta série de publicações, umas das quais já viram a luz pública e outras estão ainda no prélo.

O que dizemos do centenário da tomada de Ceuta não se pode bem aplicar ao centenário da

morte de Albuquerque. De ha muito que esta Academia vem exumando dos arquivos e publicando em volumes sucessivos os documentos respeitantes a este grande génio da nossa História, a princípio sob a direção de Bulhão Pato e ultimamente sob a do presidente desta comissão sr. Lopes de Mendonça. E alguns estudiosos dêles se têem já aproveitado.

Bem longa seria a enumeração das comunicações sciêntificas feitas no decurso das nossas reuniões; bem longa e bem interessante. Mas a comissão tem no prélo as suas actas e delas constam todas com a devida e precisa minúcia.

Bastará por agora que lancemos os olhos para as publicações já feitas e para as já principiadas.

PUBLICAÇÕES FEITAS

I. *Anais de Arzila, crónica inédita do século* XVI *por Bernardo Rodrigues publicada por ordem da Academia das Sciências de Lisboa e sob a direcção de David Lopes, sócio efectivo da mesma Academia.* Tom. I (1508 a 1525).

Abre por uma *Introdução* na qual o sr. David Lopes nos apresenta primeiramente alguns dados biográficos de Bernardo Rodrigues; nos diz qual a época por êle historiada que, segundo as suas próprias palavras, começa na *entrada e saco que os mouros fizerão* em Arzila e factos seguintes dos quais foi testemunha presencial. Abrange pois as capitanias do conde de Borba, D. Vasco

Coutinho de 1508 a 1514; a do conde do Redondo, D. João Coutinho, de 1514 a 1525; a de António da Silveira de 1525 a 1529; e finalmente a segunda capitania do conde do Redondo de 1529 a 1535.

Em seguida o sr. David Lopes faz minuciosamente a descrição individual de cada um dos códices e o seu confronto e termina por tratar dos *Anais de Arzila na historia e na novela.* Daqui se conclui que a obra agora publicada foi a fonte única da parte quarta da *Crónica de D. Manoel* por Damião de Gois e igualmente a fonte principal, senão a única, das notícias sôbre Arzila de dezanove capítulos dos *Anaes de D. João III* por Fr. Luís de Souza. Ainda outro escritor português conheceu os Anais: foi Álvaro Pires de Távora na sua *Historia de varões illustres do appellido Tavora.* Foram ainda a fonte de alguns contos publicados em folhetins pelo sr. Henrique Lopes de Mendonça.

Promete o sr. David Lopes ocupar-se dos *Anaes de Arzila,* como fonte histórica no segundo volume. É certo porêm que basta o já referido para aquilatar o grande merecimento do manuscrito inédito que a comissão agora publica. Mas ha mais.

Já, em 1843, se dizia que esta Academia o tinha no prélo e, em 1858, Inocêncio Francisco da Silva, no seu *Dicionario* (tom. I, pag. 383) exclamava:

«É êste um dos muitos livros que ainda permanecem inéditos e que, por crédito e honra nacional, deveriam achar-se de ha muito vulgarizados pela imprensa».

Falece-nos autoridade e seria àlêm disso descabido o tentar sequer criticar a fórma como o ilustre académico, sr. David Lopes, levou a cabo tal publicação e estudo de tanta magnitude.

A obra fala por si bem alto.

II. *Documentos das Chancelarias Reaes anteriores a 1531 relativos a Marrocos publicados por ordem da Academia sob a direcção de Pedro de Azevedo, seu sócio correspondente.*

Abrange êste volume a publicação na íntegra de 522 documentos inéditos dos registos da Chancelaria Rial na Torre do Tombo. Vão desde fevereiro de 1402 a 27 de dezembro de 1450. Apesar de serem coligidos com a preocupação de servirem para a história da nossa ocupação marroquina é certo que interessam a toda a nossa história nacional, nos seus múltiplos e variados aspectos.

Para mais o sr. Azevedo juntou a êste volume os seguintes minuciosos índices: de pessoas; de dignidades, emprêgos e ofícios; de Ceuta e Tanger; de cousas; de terras; de vocabulário.

E tudo isto faz realçar o merecimento da obra.

III. *Livro da Guerra de Ceuta escrito por Mestre Mateus de Pisano em 1460 publicado por ordem da Academia das Sciências de Lisboa e vertido em português por Roberto Corrêa Pinto, coronel de engenharia e antigo professor do Colégio Militar.*

Este trabalho é feito única e exclusivamente sôbre a edição impressa nos *Inéditos da Academia* da obra de Pisano *De bello Septensi.* Debalde se procurou o códice original de que, para ela, se servio o académico Correia da Serra. O sr. Roberto Pinto conjectura que o trabalho de Pisano fôsse destinado à vulgarisação do feito nas nações estrangeiras. O seu autor, escreve o sr. Pinto, *foi um letrado estrangeiro que viveu em*

Portugal, primeiro como preceptor e depois como secretário de D. Afonso V, junto do qual gozou certo valimento, tendo sido por ele encarregado de escrever em *latim a Crónica de D. Pedro, que não sei que seja conhecida,* e *a da tomada de Ceuta.*

Quanto à sua biografia o sr. Roberto Pinto deita fundadamente por terra certas conjecturas do abade Correia da Serra.

IV. *Alguns ascendentes de Albuquerque e o seu filho à luz de documentos inéditos. — A questão da sepultura do Governador da Índia, memória publicada por ordem da Academia das Sciências de Lisboa por António Baião, seu sócio correspondente.*

Divide-se êste trabalho em duas partes: *Introducção* e *Documentos.* Na primeira o autor dá a razão de ser da sua *Memoria* e estuda, à face dos documentos que adeante publica, as seguintes personagens: Gil Esteves Fariseu, o escrivão da puridade Gonçalo Lourenço, bis-avô de Afonso de Albuquerque; o escrivão da puridade João Gonçalves, avô de Albuquerque; Gonçalo de Albuquerque, pae do Governador da Índia e Braz de Albuquerque, seu filho, o celebre autor dos *Comentarios.*

Por último elucida a magna questão da sepultura do governador da Índia com muitos documentos inéditos e com artigos de jornaes já esquecidos.

A segunda parte abrange setenta e quatro documentos publicados na íntegra arrancados às colecções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

PUBLICAÇÕES NO PRELO

I. *Chronica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I composta por Gomes Eanes de Zurara publicada por ordem da Academia das Sciências de Lisboa segundo os manuscritos n.os 368 e 355 do Arquivo Nacional, por Francisco Maria Esteves Pereira.*

Começa por uma *Introducção* na qual o sr. Esteves Pereira faz o esboço biográfico do grande cronista, a descrição dos manuscritos de que alcançou notícia e a nota das edições desta Crónica. Depois de lhe publicar o texto conscienciosa e scientificamente o sr. Esteves Pereira publica um *indice de nomes próprios de pessoas* e outro *dos nomes próprios geográficos.* Seguem-se-lhes finalmente trinta e dois documentos comprovativos do texto copiados na íntegra do Arquivo da Torre do Tombo excepto quatro que são : dum manuscrito da Biblioteca Nacional, da *Chronica de D. Manoel* por Damião de Goes, dos *Estatutos da ordem de Chirsto* de 1628 e do *Livro da Virostua Bemfeitoria,* do infante D. Pedro.

II. *Livros paroquiais da Sé de Tanger.*

É publicação iniciada pelo sr. dr. José Maria Rodrigues. A parte já publicada abrange os assentos de casamentos de 1581 a 1629.

É certamente desnecessário encarecer a importância histórica dos registos paroquiais.

Se não podemos, como em França, dizer que datam entre nós do século XIV pois só lhes conhecemos referências a partir do século XV é certo que lá como cá, como na Belgica e certamente em todos os países subordinados religiosamente a Roma, só foram siste-

matisados e, por assim dizer, organisados definitivamente após o concílio tridentino em 1563.

Adquiriram então um caracter oficial.

Hoje é notável e justamente encarecido o seu valôr histórico bem superior ao dos *Rouleaux des morts* e obituários dos mosteiros e catedraes que a Edade-Media nos legou.

III. *Consolações dirigidas a Catharina de Neufville, senhora de Fresne.*

Sob êste título tem a Comissão dos Centenários, já impressa a tradução de uma obra literária interessante, em que se acha incluida a descrição da tomada de Ceuta, devida à pena de uma testemunha presencial, o escudeiro provençal Antoine de La Salle, notável escritor francês, que tomou parte naquela acção ao lado de companheiros, cujos nomes menciona, alguns dos quais se pódem identificar com os dos franceses citados por Azurara.

Vinte e tantos anos depois do glorioso combate, La Salle, já escritor consagrado, um dos primeiros senão o primeiro, que em França compoz novelas em prosa, ainda hoje conhecidas e apreciadas, lembrou-se, para consolar uma senhora que acabava de perder o seu único filho, de lhe apontar os exemplos de corajosa e cristã conformidade que duas mães, bretã uma a outra portuguesa, haviam dado em circunstâncias semelhantes.

A portuguesa é D. Mécia Vasques Coutinho cujo filho, Vasco Fernandes de Ataíde, fôra a única vítima de nomeada na empreza de Ceuta; a bretã é a Senhora Du Chastel, mãe de uma pobre criança cruelmente justiçada pelo sitiante, nas mais trágicas circunstâncias, durante um apertado cêrco.

Narra pois La Salle, no que a Ceuta respeita, o

conjunto da acção em que Vasco de Ataíde encontrou a morte; e não ha dúvida de que os pormenores da sua relação concordam quási inteiramente com o que escreveram Zurara e todos os nossos cronistas que lhe seguiram na esteira; mas no que êle dos escritores portuguezes se afasta é em dar do Infante D. Henrique que diz fundamente impressionado pela morte do companheiro e amigo, pintando-o como extremamente sensível, afectuoso e meigo, um retrato moral que absolutamente diverge da história, melhor diriamos da lenda, segundo a qual o descrevem os escritores portugueses.

Quanto à outra narrativa, que diz respeito à Bretanha e corresponde ao agitado período da guerra dos cem anos, nem o erudito editor do *Antoine de La Salle sa Vie et ses ouvrages* (Paris-Champion 1903), o sr. Joseph Nève, nem o tradutor do *Réconfort de Madame du Fresne*, conseguiram ainda descobrir a ligação que possa existir entre a dramática versão de La Salle e a verdade histórica.

Eis o motivo porque o nosso consócio sr. general Carlos Bocage ainda não completou o prólogo que deve preceder a sua tradução. Era, e é, seu desejo, agora impossível de realizar, procurar em França, talvez mesmo na Bretanha, em crónicas locais pouco vulgarizadas, algum fio condutor graças ao qual conseguisse avaliar, pela exactidão dessa primeira narrativa de La Salle, a possível veracidade da sua apreciação com respeito ao carácter do nosso grande Infante. Conviria, com efeito, saber se neste ponto teria sido o autor imaginoso novelista ou se conservaria fiel historiador, como o foi na descrição da tomada de Ceuta.

O ponto a esclarecer é de real interêsse; não admira porisso a demora do tradutor na conclusão do seu trabalho.

IV. *Um livro de Ceuta.*

Com êste título iniciou o sr. dr. Baltazar Osório um estudo longo do qual estão já publicados os dois primeiros capítulos em que o seu autôr, começando pelas causas da empreza e conquista de Ceuta narra ainda a viagem para Ceuta até o último conselho antes do ataque.

É projecto do autor chegar com a sua história de Ceuta até à dominação castelhana.

V. *Marrocos e três mestres da ordem de Cristo,* por Vieira Guimarães.

Profusamente ilustrado pelo lapis mágico de Jorge Colaço, é êste trabalho destinado a descrever a acção social de D. Lopo Dias de Sousa e dos infantes D. Henrique e D. Fernando o qual, no dizer do sr. dr. Vieira Guimarães, *fecha o ciclo glorioso da interferência directa dos Mestres da insigne ordem de Cristo nas conquistas em Marrocos.*

VI. *História de Ceuta, seus successos militares e políticos,* etc.

É o título de um manuscrito, cujo autógrafo Ferreira Gordo diz ter visto na Biblioteca Real de Madrid e que a comissão tem no prélo sob a direcção do sr. Afonso de Dornelas.

VII. *Corpo Chronologico:* documentos respeitantes a Marrocos.

Começando em 1488 vão os documentos, já publicados na íntegra e em extractos, até 1508.

É dirigida pelo secretário da comissão.

*

Tal é a brilhante série de publicações que a comissão académica dos centenários tem já publicado e no prelo. Dela só destoam pela sua insignificancia e modéstia as do secretário.

Tal é a brilhante série à qual se juntará ainda a indispensável *Bibliografia das publicações respeitantes à nossa história em Marrocos* organizada pelo sr. Victor Ribeiro e a referente a Affonso de Albuquerque organizada pelo sr. general Brito Rebêlo. Para a levarmos a cabo muito se deve ao esforço intelectual dos vogais da comissão, é certo; mas tambêm muito se deve à boa vontade e ao zêlo da Imprensa da Universidade de Coimbra.

Portugal, a nossa pátria, a nação que mais perdurávelmente tem dominado em Marrocos póde assim orgulhosamente empunhar os seus autênticos pergaminhos seculares à face do mundo. Portugal deixa desta fórma de estar em dívida com os que verteram o sangue no norte de África e, aos que nos apontam, em França *Les Sources inédites pour l'histoire du Maroc* nós apresentaremos as publicações da comissão dos centenários.

DISCURSO

DO PRESIDENTE DA COMISSÃO OFICIAL DOS CENTENÁRIOS ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE

Senhor Presidente
Minhas Senhoras
Meus Senhores:

Nêste ano de 1915 prestes a findar, completaram-se os centenários dos dois factos mais brilhantes da nossa epopeia marítima e colonial; dos dois pontos extremos entre os quais nasceu, progrediu e atingiu o máximo esplendor o nosso domínio ultramarino.

A 21 de Agosto de 1415 cristãos da península ibérica tomaram à viva fôrça a cidade de Ceuta, aquela que servira, tantos séculos antes, de pôrto de partida aos Árabes conquistadores da Espanha goda. Foi pois o mais pequeno e menos povoado reino, dos que então a constituiam, o primeiro a desafrontá-la da injúria moirisca, assim como já havia sido

também o primeiro a conquistar pelo sul as suas fronteiras naturais.

A tomada de Ceuta, há quinhentos anos, foi o início da formação de Portugal potência marítima.

De então por diante, persistente e sucessivamente, foram as caravelas e naus portuguesas correndo o oceano Atlântico junto à costa ocidental africana, até dobrarem o extremo promontório do continente, e, virado êle, começaram a subir pela costa oriental. Eram navegações costeiras: os primeiros passos, ainda incertos, de quem em breve marcharia firme.

Efectivamente, na primavera de 1498 Vasco da Gama mandou de Melinde, na costa africana, aproar os navios da sua armada a lés-nordeste e, atravessando ousado o mar índico, foi fundiar em Calecute. Viram então pela primeira vez os povos indiáticos a rubra cruz da Ordem de Cristo.

Trazida ao reino a notícia do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, novas armadas partiram naquela direcção e o império português oriental começou a esboçar-se. Foi crescendo, até que sob o govêrno de Afonso de Albuquerque, um dos mais notáveis guerreiros e estadistas aparecidos no mundo, alcançou o seu maior prestígio com as conquistas de Ormuz, Gôa e Malaca, com a administração recta, firme, honesta, impulsiva do Capitão-mór.

Não pôde êle completar a sua, obra, da qual só no seu lúcido espírito antevia a grandeza, porque a 16 de Dezembro de 1515 ceifou-o a morte.

É esta a segunda data centenária que a coincidência juntou no ano de 1915.

Entre as duas, introito e glória de sacrifício patriótico bem cruento por vezes, mediaram cem anos certos, que já vam longe, que nos trazem recordações de grandezas, tão distantes e tão diversas da nossa pequenez presente, que nos chegam a parecer sonho!

Á benemérita Sociedade de Geografia de Lisboa, a que presentemente tenho a honra de presidir, mas que ao tempo era honrada pela presidência de V. Ex.ª, Senhor Presidente, não passou despercebida a coincidência destas duas datas e por ofício de 31 de Maio de 1912 chamou para o facto a atenção do govêrno, lembrando a bem da tradição, garantia em parte da independência desta nossa terra, a conveniência de se solenizarem aquelas datas com uma comemoração condigna da grandeza dos feitos recordados. Tenho aqui o ofício e a proposta então remetidos ao governo.

Atendeu êle o alvitre apresentado e mandou expedir o decreto de 27 de Outubro do mesmo ano, pelo qual designou as corporações e associações cujos delegados constituiriam uma grande

comissão encarregada de preparar, organizar e dirigir a celebração nacional do quinto centenário da tomada de Ceuta e do quarto da morte de Afonso de Albuquerque. Mais deu poderes à grande comissão para eleger uma comissão executiva incumbida de organizar o programa dos festejos, o qual, depois de aprovado pela primeira, seria submetido à sanção governamental. E finalmente nomeou-me presidente da grande comissão.

É pois únicamente nesta qualidade, que estou aqui falando, e com pesar terei, em sacrifício à verdade, de tocar em certos factos.

Teve lugar a primeira sessão da grande comissão numa das salas da Sociedade de Geografia, em 20 de Fevereiro de 1913. Foi bastante concorrida a reunião, na qual se resolveu agregar à comissão algumas associações que ainda nela não tinham representação, ficando então definitivamente constituida por delegados das seguintes corporações e associações, alêm da Sociedade de Geografia: Academia das Sciências de Lisboa; Academia de Sciências de Portugal; Associações: dos Advogados, de Agricultura Portuguesa, dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, Comercial de Lisboa, Comercial de Logistas de Lisboa, dos Engenheiros Civis Portugueses, da Imprensa Portuguêsa, Industrial Portuguêsa, dos Jornalistas e Escritores Portugueses, Naval de Lisboa e dos

Trabalhadores da Imprensa; Câmara Municipal de Lisboa; Club Militar Naval; Conselho de Arte e Arqueologia, da 1.ª circunscrição; Liga Naval Portuguesa; Senado Universitário de Lisboa; Sociedades: Nacional de Belas Artes, Portuguêsa de Estudos Históricos, Propaganda de Portugal e de Sciências Médicas; União Colonial Portuguêsa.

Nesta mesma primeira sessão aprovou-se uma proposta do sr. Lopes de Mendonça para a Academia das Sciências de Lisboa ficar encarregada dos trabalhos históricos e literários relativos às comemorações, e finalmente elegeu-se a comissão executiva para a qual entraram os seguintes delegados das associações e sociedades: Alberto Bramão, da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses; Angelo de Sarrea de Sousa Prado, da Associação dos Engenheiros Civis; Eduardo Coelho, dos Trabalhadores da Imprensa; Francisco Barreto, da Associação Comercial de Lisboa; Francisco de Oliveira Feijão, da da Agricultura Portuguêsa; Henrique Lopes de Mendonça, da Academia das Sciências de Lisboa; José Maria Cordeiro de Sousa, do Conselho de Arte e Arqueologia; Manuel Roldan, da Propaganda de Portugal; Pedro Massano de Amorim, da União Colonial; e Vicente de Almeida de Eça, Ernesto de Vasconcelos, Alfredo da Cunha e

Francisco da Silva Teles, da Sociedade de Geografia. Para presidente ficou o da grande comissão.

A 29 de Abril de 1913 instalou-se a comissão executiva, a qual na sua sessão de 22 de Julho seguinte aprovou o programa dos festejos. Não o lerei porque, além de extenso, não passa hoje de um bocado de papel, sem outra valia senão a de salvar as responsabilidades das comissões. Não o lerei pois, mas enviá-lo-hei para ser transcrito na acta da presente sessão.

Com êste programa fôram alguns membros da comissão executiva procurar em seu nome o presidente do ministério de então, que recebeu de bom rosto o plano proposto e pouco depois lembrou a conveniência de lhe ser apresentado um projecto de lei, moldado nos termos do relativo ás festas do centenário do descobrimento da Índia, para servir de norma ao que seria necessário levar agora á sanção parlamentar.

Êsse projecto de lei também aqui tenho; também não o lerei, e provávelmente a mesma falta de leitura êle experimentou nas regiões oficiais para onde foi remetido.

Foi correndo o tempo sem resolução do govêrno, até que em princípios do ano de 1914 novo ministério subiu ao poder. Renovou então a comissão executiva dos centenários o seu pe-

dido de resolução do assunto, em ofício dirigido ao presidente do novo ministério, em 6 de Março. Não veio resposta.

Em 22 de Maio do mesmo ano outro ofício foi enviado ao presidente do ministério, remetendo-lhe novamente os projectos, tanto do programa, como da proposta de lei, necessários para a condigna celebração dos centenários, e fazendo-lhe sentir que já idêntico passo se havia dado perante êle próprio e seu antecessor. Continuou o silêncio.

Finalmente a 4 de Agosto de 1914 foi enviado ao govêrno o terceiro e último ofício da comissão executiva dos centenários, ponderando estar-se apenas a um ano de distância da primeira das datas e instando pela solução. Como das precedentes vezes, o presidente do ministério não se dignou responder.

A falta de resolução do assunto teve então uma certa atenuante nos sucessos da guerra europeia, logo no seu início ameaçadores; mas das outras vezes?

Desde logo entendi estar a grande comissão dissolvida; Saturno devorára a filha. Esperei contudo ocasião oportuna para em nome dela deixar assinalado que, se os centenários não foram celebrados como mereciam os factos recordados, e a dupla comemoração não assumiu

o carácter de uma verdadeira festa nacional, e não se concentraram *todos os esforços no patriótico intuito de interessar no esplendor desta celebração todas as actividades da sociedade portuguesa,* a culpa não foi da grande comissão, nem da sua comissão executiva, mas da entidade govêrno que no preâmbulo do decreto expedido para organização da primeira pôs as palavras acima transcritas, tão discordantes da indiferença depois sempre mantida.

Felizmente duas corporações não desanimaram e sem auxilio oficial, de todo, uma, e apenas compensador de verdadeiras espoliações padecidas, a outra, modesta mas patrióticamente celebraram os dois centenários.

A Sociedade de Geografia de Lisbôa, após uma sessão comemorativa da tomada de Ceuta, inaugurou nas suas salas, em 21 de Agosto passado, um muito interessante mostruário industrial, desde então patente ao público, com manifesto proveito seu e da indústria nacional.

A Academia das Sciências de Lisbôa, não só realiza hoje esta sessão solene em homenajem a Albuquerque, mas, melhor ainda, porque daquela o éco em breve se extinguirá, imperecível memória deixará nas publicações, há pouco apontadas pelo secretário da comissão académica, nas quais á comemoração dos factos sobreleva ainda o

importantíssimo subsídio documental ministrado para a sua averiguação, histórica e social. Permanecerão elas como padrão glorioso da competência, dedicação e patriotismo da velha Academia. Mantem esta, levantando monumentos às mais nobres e gloriosas tradicções da nossa história, o seu lema: *Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria.*

Ficará pois a Nação mais uma vez devendo indelével reconhecimento à Academia das Sciências de Lisboa.

DELEGADOS DAS CORPORAÇÕES E ASSOCIAÇÕES QUE FAZIAM PARTE DA GRANDE COMISSÃO DOS CENTENÁRIOS DE CEUTA E DE AFONSO DE ALBUQUERQUE

Câmara Municipal de Lisboa:
Anselmo Braamcamp Freire — R. do Salitre, 314
Miguel Ventura Terra — R. de Alexandre Herculano, 149.
Agostinho José Fortes — R. de Arroios, 5, 1.º.

Senado Universitário de Lisboa:
Agostinho José Fortes — R. de Arroios, 5, 1.º.
Carlos Belo de Morais — R. de D. Estefânia, 205.
Rui Teles Palhinha — R. Nova de Santo António, 35, 1.º.

Academia das Sciências de Lisboa:
Anselmo Braamcamp Freire — R. do Salitre, 314.
Cristóvão Aires — R. de S. João da Mata, 142.
Henrique Lopes de Mendonça — R. do Salitre, 180.

Conselho de Arte e Arqueologia (1.ª Circunscrição):
Carlos António Rodrigues dos Reis — Quinta dos Lagares del-Rei — Arieiro.
Miguel Ventura Terra — R. de Alexandre Herculano, 149
José Maria Cordeiro de Sousa — R. de Castilho, 28, 2.º, d.to

Sociedade de Sciências Médicas:
Dr. Carlos Belo de Morais — R. de D. Estefânia, 205.
Dr. Alberto Gomes — R. de S. Bento, 247.
Dr. Adelino da Costa Padesca — R. dos Lusiadas, 64.

Associação dos Engenheiros Civis Portugueses:
Angelo de Sárrea de Sousa Prado — R. da Glória, 4, 1.º.
António Augusto Nogueira de Campos — R. do 24 de Julho, 96, 2.º.
Gabriel Ferraz — T. de S. Pedro de Alcântara, 23, 3.º, esq.º

Associação dos Advogados:
António Augusto Cerqueira — R. Aurea, 149, 2.º, d.to
Carlos Ferreira Pires — R. do Comércio, 58, 2.º.
Carlos Zeferino Pinto Coelho — R. Augusta, 176, 1.º.

Liga Naval Portuguesa:
Dr. José Pocariça da Costa Freire — R. da Imprensa Nacional, 71, 2.º.
António Alves Pereira de Matos — Avenida da República, 46, 2.º.
João Carlos de Oliveira Leone — R. do Barão, 17, 5.º.

Club Militar Naval:
Almirante Ferreira do Amaral — R. da Quintinha, 51.
Jaime da Fonseca Monteiro — Largo da Abegoaria 16.
Alberto Carlos dos Santos — R. da Palmira, 3, 1.º.

Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses:
Major G. L. Santos Ferreira — Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.
D. José da Silva Pessanha — R. de Rodrigo da Fonseca, J. P.
António Cesar Mena Júnior — R. particular do bairro Herédia (Bemfica).

Associação Naval de Lisboa:
José Júlio Correia da Silva — R. do Livramento, 84, 1.º, esq.º
Álvaro Gaia — Avenida do Duque de Loulé, S. M. 2.º.
Armando Soares Franco — Avenida do 5 de Outubro.

Sociedade Nacional de Belas Artes:
Francisco Santos — Edifício das Côrtes (secção das Obras Públicas).
Adães Bermudes — R. Nova do Almada, 69, 2.º.
Columbano Bordalo Pinheiro — Escola de Belas Artes.

Associação Comercial de Lisboa:
Manoel António Dias Ferreira — R. do Comérico, 24.
Albert Macieira — R. da Madalena, 16.
Francisco Barreto — R. dos Douradores, 69, 1.º.

Associação de Agricultura Portuguesa:
Dr. Francisco Augusto de Oliveira Feijão — R. de S. Felix, 26.
Dr. Fernando Emídio da Silva — R. da Imprensa Nacional, 13.
Carlos Coutinho — R. da Procissão, 135.

Sociedade Propaganda de Portugal:
Manuel Roldan — Campo dos Mártires da Pátria, 86, 1.º.
Jaime de Pádua Franco — R. de Alcântara, 16, 1.º.
Henrique Pereira Taveira — R. da Palma, 238.

Associação Comercial de Lojistas de Lisboa:
José Pinheiro de Melo — T. da Queimada, 27.
Apolinário Pereira — R. da Vitória, 94, 2.º.
Florindo Cesar de Jesus — R. Aurea, 99.

Associação Industrial Portuguesa:
Carlos Alfredo da Silva — Boqueirão do Duro, 38.
José Candido Correia — R. do Alecrim, 19.
Delfim Castanheira — P. de Luís de Camões, 38.

Academia de Sciências de Portugal:
Dr. Teófilo Braga — T. de Santa Gertrudes, 70.
António Cabreira — R. das Taipas, T. C.
Leví Bensabat — T. de S. Domingos, 36.

Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos:
Dr. António Aurélio da Costa Ferreira — Casa Pia.
Edgar Prestage — T. de Santa Caterina, 11, 2.º.
Fidelino de Figueiredo — R. de Tomás Ribeiro, 64, 3.º.

União Colonial Portuguesa:
P. F. Massano de Amorim — R. de Correia de Teles, 30.
António Brandão de Melo — R. das Janelas Verdes, 65.

Alfredo Lopes de Figueiredo — Bairro Estrela de Ouro, á Graça, 3-A, 1.º.

Associação da Imprensa Portuguesa:

Joaquim Rosário de Albuquerque — Avenida do Almirante Reis.
A. J. Pires Avelanoso — T. da Espera, 8, 2.º.
Eduardo Franco — R. de S. José, 117, 1.º.

Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses:

António Maria Ferreira Mendes — Avenida de Miguel Bombarda, V, 1.º.
Albano da Cunha — R. Nova da Piedade, 52, 1.º.
D. Alberto Bramão — R. de Leão de Oliveira, 33.

Associação dos Trabalhadores da Imprensa:

Eduardo Coelho — R. de Eduardo Coelho, 9.
Lino de Macedo.
Eduardo Franco — R. de S. José, 117, 1.º.

CELEBRAÇÃO NACIONAL EM 1915
DO V CENTENÁRIO DA TOMADA DE CEUTA E DO IV CENTENÁRIO DA MORTE DE AFONSO DE ALBUQUERQUE

PROJECTO DO PROGRAMA GERAL FORMULADO PELA COMISSÃO A QUE SE REFERE O DECRETO DE 26 DE OUTUBRO DE 1912

Artigo 1.º No ano de 1915, durante os meses de Agosto a Dezembro, terá lugar em todo o território nacional a celebração dos centenários da Tomada de Ceuta e da Morte de Afonso de Albuquerque, celebração cujo fim especial consiste em promover a homenagem do povo português aos seus valorosos antepassados e aos feitos que tanto brilham na sua história pátria.

Art. 2.º Para a comemoração dos dois factos históricos, entre os vários números do programa, figura uma Exposição Internacional Colonial, cuja organização é da incumbência da Comissão Oficial nomeada para tal efeito pelo Ministério do Fomento.

Art. 3.º A fim de se comemorarem de uma forma perpétua os dois acontecimentos, elaborar-se-hão algumas memórias histórico-literárias com o concurso e sob a direcção da Comissão especial da Academia das Sciências de Lisboa.

Art. 4.º A Comissão Executiva da Grande Comissão criada pelo decreto de 26 de Outubro de 1912 procurará promover, pelos meios ao seu alcance, a realização de concursos literários e artísticos pela forma que se segue:

a) Concursos literários:

1.º — Memória sôbre a influência portuguesa em Marrocos;

2.º — Memória sôbre a influência portuguesa no Oriente (passado e presente);

3.º — Drama àcêrca da Tomada de Ceuta.

b) Concursos artísticos:

1.º — A Tomada de Ceuta (quadro a oleo de $3^m \times 2^m,40$),

2.º — Projecto para um monumento ao Infante D. Henrique.

§ único. Para a apreciação das obras e trabalhos apresentados, e para adjudicação dos prémios aos de maior valia, haverá os respectivos júris, que procederão à classificação.

Art. 5.º Os prémios, a que se refere o § único do artigo antecedente, serão concedidos aos diferentes trabalhos literários e artísticos pela seguinte forma:

a) Ás memórias referidas nos n.os 1.º e 2.º da alínea *a*) dos Concursos literários serão destinados prémios de 800, 400 e 200 escudos, distribuidos pela ordem da classificação; ao drama referido no n.º 3.º da mesma alínea são destinados prémios de 400, 200 e 100 escudos.

b) Aos quadros referidos no n.º 1.º da alínea *b*) dos Concursos artisticos serão destinados prémios de: 1500 escudos ao primeiro classificado, que ficará propriedade da Sociedade de Geografia de Lisboa; de 500 escudos ao classificado em segundo lugar; e menção honrosa ao que obtiver a terceira classificação.

c) Para as *maquettes* do monumento ao Infante D. Henrique a que diz respeito o n.º 2.º da alínea *b*) do art. 4.º, apresentadas na altura de 1 metro, estão destinados prémios de 500, 300 e 150 escudos, sendo a distribuição feita mediante a ordem da classificação.

Art. 6.º A Comissão Executiva, para dar o maior brilho possível à celebração, procurará atraír ao nosso país por essa ocasião o maior número de estrangeiros e assim promoverá a realização de vários congressos internacionais e nacionais, a saber:

a) Congressos internacionais:

1.º — Colonial;

2.º — Luso-Brasileiro;

3.º — Das Raças;

4.º — De Turismo;

5.º — Histórico-Luso-Hispano-Brasileiro.

b) Congressos nacionais — mediante consulta das respectivas Associações:

1.º — Nacional de Medicina;

2.º — Nacional de Agricultura.

Art. 7.º Nas Bibliotecas, Arquivos e Museus do Estado e noutros estabelecimentos públicos, serão organizadas, de acôrdo com a Comissão, várias exposições especiais nos dias que forem fixados.

Art. 8.º Realizar-se-hão regatas internacionais de vela e de remo para as quais haverá prémios pecuniários e artísticos, que serão distribuídos segundo a forma indicada nas alíneas *a*) e *b*) dêste artigo:

a) Iates de vela:

1.º — De ... toneladas, prémios de 1000 escudos e a taça Vasco da Gama;

2.º — De ... toneladas, prémios de 500 escudos e um objecto de arte.

b) Regatas de remos e de canoas de vela nacionais:

1.º — Regata de remos, prémios de 250, 100 e 50 escudos;

2.º — Regata de canoas de vela nacionais, prémios de 100, 50 e 25 escudos;

3.º — Regata de escaleres ou balieiras: dos navios de guerra, prémios de 100, 50 e 25 escudos; dos paquetes, prémios de 90, 45 e 20 escudos.

Art. 9.º Promover-se-há pelos meios convenientes a realização de uma grande reunião naval de *dreadnoughts* e transatlânticos, devendo as despesas do pôrto serem pagas pelos fundos da celebração.

§ 1.º Haverá tambêm corridas de barcos automóveis, com prémios de 500, 250 e 50 escudos.

§ 2.º A todos serão ainda distribuídas, como prémios, medalhas em ouro, prata e cobre. O projecto para estas medalhas será posto a concurso entre artistas nacionais, com prémios de 100, 50 e 25 escudos para os melhor classificados.

Art. 10.º Serão incluídos nos festejos da celebração vários concursos desportivos, a seguir indicados e para os quais haverá prémios, cuja distribuição será feita pela forma expressa nas alíneas do presente artigo:

a) Corrida de aviação — prémios de 1000, 500 e 250 escudos;

b) Corrida de automóveis — prémios de 500, 250 e 50 escudos;

c) Corrida de motocicletas — prémios de 150, 60 e 30 escudos;

d) Corrida de touros à antiga portuguesa.

§ único. As corridas de touros realizar-se-hão em duas tardes, em benefício do Instituto Ultramarino e, sendo possível, por amadores, arbitrando-se para esta despesa a quantia de 5000 escudos.

Art. 11.º Além dos concursos desportivos e festas, a que se refere o art. 9.º, realizar-se-hão diversões e concursos de outra natureza pela forma indicada nas alíneas que se seguem e para alguns dos quais são destinados prémios pecuniários:

a) Concursos de tiro — prémios de 100, 50 e 25 escudos;

b) Concursos de bandas regimentais — prémios de 300 e 100 escudos;

c) Concursos de filarmónicas — prémios de 200 e 100 escudos;

d) Cavalhadas e Jogo da Rosa;

e) Parada agrícola no Ribatejo;

f) Ornamentações nas praças, avenidas e ruas;

g) Fogos de artifício no mar e iluminações na Outra Banda;

h) Récitas nos teatros e cinematógrafos, sendo a entrada gratuita num dos dias.

§ 1.º As verbas destinadas às ornamentações e fogos de artifício a que se referem as alíneas *f*) e *g*) são de 5000 escudos cada; para a parada agrícola e cavalhadas referidas nas alíneas *d*) e *e*) será destinada a verba de 5000 escudos.

Art. 12.º Far-se-há por ocasião do centenário a trasladação dos ossos de Afonso de Albuquerque da igreja da Graça para o templo dos Jerónimos, cerimónia que deverá ser acompanhada de um grande cortejo cívico.

§ 1.º No cortejo cívico, que constituirá uma imponente manifestação de respeito ao grande Português, deverão entrar carros alegóricos das artes e indústrias, carros históricos, representando as cidades de Goa, Malaca e Ormuz, acompanhados por tipos da epoca, e, àlêm dêstes, um carro simbólico da celebração. No cortejo deverão também incorporar-se grupos populares das diversas regiões do país, com os seus trajos característicos.

§ 2.º O cortejo compôr-se-há de duas partes: a terrestre e a marítima. A primeira far-se-há desde a Graça até ao cais do Sodré, onde desfilará; a marítima realizar-se-há desde o cais do Sodré até Belem, em frente da praça de Vasco da Gama, havendo um barco especial para transportar os ossos de Afonso de Albuquerque, seguindo-se-lhe um numeroso cortejo

naval de vapores engalanados, conforme o programa oportunamente fixado. Nêste cortejo também tomarão parte embarcações de guerra e mercantes, nacionais e estrangeiras, e das sociedades de desporto náutico.

Art. 13.º Terá lugar por ocasião da celebração do centenário a inauguração, com a devida solenidade, do monumento ao grande navegador português Vasco da Gama, descobridor do caminho marítimo para a Índia.

Art. 14.º Inaugurar-se-há por ocasião da celebração o palácio das associações coloniais, nas quais se compreende a Sociedade de Geografia; para o respectivo projecto será aberto concurso, havendo prémios pecuniários para os melhor classificados.

§ único. A verba destinada ao palácio das associações coloniais não irá àlêm de 120.000 escudos.

Art. 15.º Deverá também realizar-se uma grande parada de fôrças militares, na qual tomarão parte as sociedades militares.

Art. 16.º Promover-se-há num vapor nacional, especialmente fretado para êsse fim, uma excursão a Ceuta e às antigas praças de Marrocos, para auxílio da qual se fixará a verba de 10.000 escudos.

Art. 17.º Como meio de ocorrer às despesas da comemoração dos dois acontecimentos históricos criar-se-hão:

a) Emissão da moeda de prata de 50 centavos na totalidade de 500.000 escudos;

b) Emissão de estampilhas de $^1/_2$, 1, 1 $^1/_2$, e 5 centavos reproduzidas em tantas côres quantas as correspondentes à circulação e expedição postal no continente, ilhas adjacentes e possessões portuguesas.

§ 1.º A moeda terá curso forçado em todo o território português. A estampilha terá circulação obrigatória durante três dias, em Portugal e Colónias, e facultativa fóra dêles.

§ 2.º Para os respectivos projectos, cujos motivos serão históricos e alusivos aos factos comemorados, abrir-se-há concurso entre artistas nacionais, com os prémios de 200, 100 e 50 escudos para o da moeda, e de 100, 50 e 25 escudos para o da estampilha.

Está conforme. — Secretaria da Sociedade de Geografia, 15 de Dezembro de 1915. — O Presidente, ...

PROJECTO DE LEI

Senhores: — Tendo o govêrno por decreto de 28 de Outubro de 1912 nomeado uma grande comissão para preparar, organizar e dirigir a celebração nacional, em 1915, do 5.º centenário da tomada de Ceuta e do 4.º centenário do falecimento de Afonso de Albuquerque, a qual deve assumir o carácter de uma verdadeira festa nacional, por ser comemorativa de altos feitos que a nossa história regista:

considerando que é um dever patriótico prestar homenagem áqueles dos nossos maiores que tão alto levantaram o nome português, praticando actos de heroísmo que retumbaram pelo mundo inteiro, ou que num esfôrço sublime desenvolveram uma acção política culminadora do engrandecimento do seu pais;

considerando que, se a conquista de Ceuta marca o início dos gloriosos descobrimentos portugueses e assinala a influência lusitana sôbre o império de Marrocos, a morte de Afonso de Albuquerque designa o remate ou o apogeu do nosso maior período de grandeza, dilatado pelo Atlântico e pelo Índico;

atendendo a que o momento histórico, que estamos atravessando, nos impõe como dever imperioso todas as demonstrações da nossa vitalidade, afirmando bem alto, perante o mundo, que sabemos e queremos salvaguardar os importantes interêsses coloniais legados pelos nossos antepassados;

e tendo em vista quanto vale rememorar factos históricos da maior magnitude, como incitamento para que se não perca a nossa esfera de acção colonial, que urge conservar e desenvolver, mostrando ao mesmo tempo que o país, perante as novas instituições, renasce para a vida activa, que uma absoluta tranquilidade nos garante;

e sendo necessário habilitar a comissão organizadora da comemoração nacional de que se trata, com os recursos indispensáveis para dar a tal manifestação o esplendor de que é merecedora, o Govêrno da República, cumprindo um dever de elevado patriotismo, tem a honra de submeter à vossa aprovação a seguinte proposta de lei:

Art. 1.º É o govêrno autorizado:

1.º A mandar cunhar e fazer emitir até à quantia de 500.000 escudos a moeda de prata especial comemorativa da celebração do 5.º centenário da conquista de Ceuta e do 4.º centenário da morte de Afonso de Albuquerque, aplicando o produto líquido desta operação às despesas a fazer pela comissão nomeada por Decreto de 20 de Outubro de 1912, com a celebração de datas tão gloriosas da história portuguesa.

2.º A mandar fabricar e emitir estampilhas e bilhetes postais comemorativos dos centenários, na metrópole e colónias, e cujo produto líquido, deduzida a parte correspondente à média do rendimento postal ordinário nos últimos cinco anos, em prazo idêntico ao que for designado para a circulação dessas fórmulas postais, igualmente se aplicará à solenisação a que se refere o n.º 1.º dêste artigo.

3.º A, por conta das receitas líquidas que se apurarem nos têrmos dos n.º 1.º e 2.º dêste artigo, adiantar e entregar à comissão, a que se refere o n.º 1.º, até à quantia de 60.000 escudos afim de poder ocorrer às despesas inherentes à missão que lhe foi incumbida.

§ único. O govêrno regulará por decretos os termos em que há de usar desta autorização, e ao Congresso dará conta do uso que dela fizer.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Mandamos portanto, etc.

Está conforme. — Secretaria da Sociedade de Geografia, 15 de Dezembro de 1915. — O Presidente, ...

DISCURSO

DO REPRESENTANTE DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, JOÃO DE ALMEIDA LIMA

Senhor Presidente da República:
Ilustres consócios e colegas:
Minhas senhoras e meus senhores:

A muitas de V. Ex.as causará estranhesa senão pasmo qne eu que não sou historiador e muito menos literato venha falar aqui nesta sala onde tudo é histórico e literário, e num ensejo em que é quási uma irreverência versar mediocremente dum assunto que deve ser considerado com o maior respeito.

Sendo, porêm, um dos directores da Sociedade de Geografia, e sócio efectivo desta douta Academia, na sua Secção de Sciências, julgou a direcção daquela benemérita Sociedade, que me cumpria a mim representá-la aqui, e como sempre timbrei em tomar responsabilidades das situações que ocupo, julguei não dever recusar-me a tão honrosa

missão, e isso explica, se não justifica o meu arrojo.

Para mim, e creio que para muitos melhor informados do que eu, Albuquerque é uma poderosa figura que se destaca entre as épicas individualidades da nossa epopêa marítima e colonial.

Era Albuquerque um admirador de Alexandre, e não sei se o egualaria, se lhe tivessem cabido os mesmos recursos, pois não é fácil proporcionar os homens aos feitos que praticam, tão variadas são as contingências a que se subordinam.

A grande admiração que professo pelo nosso Portugal dos tempos idos da nossa grandesa e pelos homens que para ela trabalharam, impõe-me, a seu respeito um sentimento quási religioso, e a impressão que dêles se deve tratar com o acatamento devido a coisas venerandas.

Julgo por isso que tratar levianamente de Albuquerque é faltar ao respeito que se lhe deve: e que o maior preito que se pode prestar à sua ilustre memória é fazer com amor e consciência a crítica da sua obra grandiosa.

É assim que procederia se tivesse tempo para empreender e a competência para levar a cabo uma tal obra, que seria um grande acto de justiça, e um grande ensinamento para os que ainda hoje, embora não possuindo as raras qualidades de Albuqurque, teem, como êle, um grande amor

pelas glórias nacionais, que sem dúvida desejariam acrescentar.

Desculpae, senhores, se me arrojo a, em largos traços, esboçar a ideia que formo do nosso grande heroe, para do mesmo modo delinear o plano que seguiria no estudo da sua acção, tão poderosa sôbre os destinos das *coisas da India* e portanto sôbre o *Maior Portugal.*

Como todos os grandes efeitos, a nossa prodigiosa acção marítima teve causas remotas e causas próximas.

Portugal foi, desde a sua orígem, até ao reinado de D. João I uma nação de batalhadores, mercê das circunstâncias em que se formou e desenvolveu.

A guerra era portanto a quási exclusiva ocupação dos portugueses, para a qual se achavam adestrados por um ininterrupto exercício.

Feita a paz com Castela, tornou-se necessário dar uma ocupação a êsse fervor guerreiro que dominava a nação que poderia dar orígem a nocivos excessos quando não fosse convenientemente dirigido.

Foi, pois, sem dúvida esta uma das razões de ordem política, sobrepondo-se talvez a outras sentimentais, que levaram D. João a empreender a conquista de Ceuta.

Alea jacta est!

Êste importante facto decidiu o destino de Portugal, e talvez da civilização da Europa.

Ao português guerreiro, veio juntar-se o português aventureiro, e êle aí vai, através do mar tenebroso sôbre quem corriam tantas lendas terríveis e despertavam tão atraentes visões, procurar aventuras e riquesas.

Os primeiros sucessos provocaram novos esforços, e fizeram brotar a ideia duma dilatação de domínios pelos logares da terra ainda pouco explorados, ideia que não é outra senão a que hoje classificariamos de *imperialismo colonial.*

Comprovada pelos factos a possibilidade de ser realizado em um tão grandioso empreendimento, impoz-se o desejo ou mesmo a necessidade de alcançar riquesas que garantissem o seu éxito.

O meio mais eficaz que então, como hoje se poderia lançar mão para acarretar sôbre o país um caudal de riquesas, seria o desvio da mais forte corrente comercial que era então a do Oriente, conduzida até à Europa pelos mouros, e daí derivada principalmente pelos venezianos, para os mais diversos centros de absorção.

Aos portugueses, já adestrados na arte de navegar, ocorreu portanto o meio mais conveniente de conseguir o desejado desvio, e que consistia no descobrimento do caminho marítimo da Índia,

de algum modo facilitado por anteriores empreendimentos.

Imagino portanto, que ante a mente encandescida dos nossos grandes antepassados, se punha o duplo problema do imperialismo colonial e do imperialismo comercial, um complemento indispensável do outro, tal qual se apresenta nos nossos tempos o problema geral do imperialismo.

Parece que Albuquerque ao partir para a Índia já fixara a tal respeito as suas ideias, parecendo orientar-se para uma modalidade intermédia que apenas teve representantes muito posteriormente ao seu tempo, sob o título paternal de *protectorado*.

Era efectivamente evidente que Portugal não poderia pensar em fazer da Índia uma colónia portuguesa.

A conquista da Índia pela fôrça das armas seria um empreendimento desproporcionado com as forças de Portugal, cuja população e riquêsa eram incomparavelmente inferiores à dessa, já então, riquíssima e populosa região.

O objecto essencial era derivar o comércio da Índia, e por ventura de outras regiões da Ásia, para Portugal, principalmente nas mãos dos mouros, a quem se tornava necessário arranca-lo, ainda com a apreciável vantagem de por tal

fórma bem servir a Deus, segundo a crença desses tempos em que o fervor religioso representava uma força.

Quanto à Índia conviria captar todas as suas simpatias de maneira a tornar-se quanto possivel fácil, essa transferência de intermediários, com e qual, de resto, ela não tinha nada a perder, quando dela lhe não adviessem vantagens.

Era esta, segundo creio, a opinião de D. Francisco de Almeida, imediato antecessor de Albuquerque no vice-reinado da Índia. Albuquerque, porêm, não concordava com tal orientação, devido, talvez, ao seu rijo temperamento e carácter um tanto despótico, e tambêm porque lhe parecia que o aprasimento da Índia aos planos portugueses exigia uma acção mais enérgica.

O plano de Albuquerque foi pois, não propriamente o da conquista da Índia, mas o da ocupação de fortes apoios militares não só na costa da Índia, mas em todos os logares onde fosse obrigada a passagem da apetecida corrente comercial, especialmente no Mar Vermelho.

Era uma fórmula tal como a formaria a mais requintada e experimentada política comercial dos nossos dias, que se inspiraria ou se inspirou na fórmula clàssica de Albuquerque.

Infelismente, porêm, para Albuquerque a sua opinião não era a mais corrente, especialmente

entre os capitães seus colaboradores, que vinham principalmente à *Índia* para fazer fortuna imediata, abarrotando as suas naus de pimenta e canela, que foram as molas reaes do movimento nacional para tão longínquas paragens, embora a política dêsses tempos, para incitar o povo, proclamasse como essencial objetivo de tão ingente esforço, a dilatação da fé de Cristo.

Em tais circunstâncias só um homem da envergadura de Albuquerque poderia lutar triunfantemente, contra todas as dificuldades que em cada momento se levantavam à realisação dos seus planos.

Tornava-se, em primeiro logar, necessário uma autoridade e uma energia quási sobrehumana, para vencer a resistência de homens duma inquebrantavel energia, duma bravura heroica e duma grande avidez de riquesas, como eram os nossos capitães dêsses tempos.

Por outro lado os recursos em homens e *apercebimentos,* como então se dizia, eram desproporcionados à magnitude do empreendimento.

Isso obrigou Albuquerque a adoptar processos que à luz dos modernos princípios de direito, talvez se devam classificar de atrozes.

Deve, porêm, observar-se que no sentir de Albuquerque, só êles poderiam dar probabilidades de éxito, atendendo à desproporção de forças em

presença, e à enorme distância que o separava da sua base do reabastecimento.

E, por outro lado não deve esquecer que nêsses tempos se tinha fé em que todo o mau trato praticado sôbre um *infiel* era tido por Deus como um acto benemerente.

O que, porêm, se me afigura indubitavel é que se Albuquerque não tivesse grangeado na Índia a fama de *terribil,* êle não teria ido tão longe no conseguimento do seu objetivo, e nem a sua pégada de gigante imprimiria tão fundamente a sua obra na Índia, que nem séculos de indiferença e talvez de inépcia conseguiram de todo arruinar.

Mas se Albuquerque foi como guerreiro de um valor dificil de atingir, talvez não fossem menos notáveis os seus méritos de político e de diplomata, e creio que para conscienciosamente se estudar a obra de Albuquerque, é necessário considerá-la sob êsse tríplice aspecto.

Seria um ponto muito interessante investigar fundamente a sua acção como colonizador, de onde adviria conhecimento de factos que talvez ainda hoje poderiam ser utilisados por aquêles que se propõem a desempenhar idêntica missão.

São bem conhecidos os cuidados que lhe mereceram a *nacionalisação* de Gôa, a sua predilecta conquista, a que sem dúvida ele destinava para

sua futura base de operações na Índia; foi por isso que procurou desenvolvê-la quanto possivel, e pode dizer-se, talvez sem exagero, que essa colónia deve a sua existência secular ao forte impulso que ao nascer lhe imprimiu o Grande Albuquerque.

Mas por mais subidos que fôssem os méritos de Albuquerque êle não se teria elevado tão alto no conceito da História se, antes de tudo e primeiro que tudo êle não tivesse sido um grande cidadão, se não antepozesse a todos os interesses o interesse da Pátria, êsse mesmo amor que inspirou Camões, único português que com êle pode rivalizar em glória.

Uma das causas que talvez tenha concorrido para a decadência de Portugal é a falta de sincero patriotismo das nossas classes elevadas, que mais de uma vez se tem manifestado nos momentos culminantes da nossa história; e é necessário que êsse defeito tenha atingido, por vezes, uma grande agudesa para que Camões, tão predisposto a enaltecer os homens e as coisas nacionais, seja levado a afirmar que: — algumas vezes se encontram traidores entre os portugueses.

Essa nobre e primordial qualidade em todo o homem a quem se confiem os altos interesses do Estado, tinha-a Albuquerque em tão elevado grau

que foi suficiente para comprimir os desmandos dos seus subordinados que mais presavam os próprios interesses que os da Pátria; mas por isso êle ficou mal com o Rei por causa dos homens e mal com os homens por causa do Rei; é porque sacrificando a sua situação pessoal lhe preferia os sagrados interesses da Pátria.

Só com um conjunto tal de altas virtudes é que se produzem homens da estatura de Albuquerque.

Seria injusto afirmar que mais nenhum dos sucessores de Albuquerque teve, em mais ou menos levantado grau, as virtudes que o distinguiram; mas não no seu conjunto e com egual intensidade, aliás a sua grande obra teria sido acrescentada e radicada de maneira a desafiar o poder demolidor dos séculos.

Também, não ha país que tenha encontrado entre os seus mais do que um homem do valor de Albuquerque, e felizes daquêles que um possuiram.

Permitam-me que eu termine procurando salientar um ponto de vista que me é caro.

Mal vae ao país cuja existência e grandesa está dependente da produção dêsses raros fenómenos que necessitam para se formarem da gestação dos séculos, porque êsses países rebrilhando em determinado momento, são como certos as-

tros que assombram pelo seu brilho, para rapidamente se sumirem na escuridão do nada.

A história está repleta de factos em abono dêste acerto.

Infelismente a acção de Albuquerque e de outros herois da nossa grande epopêa, não encontraram quem, aproveitando os formidaveis recursos, que o seu herculeo esforço entregou ao país, desenvolvesse material, moral e intelectualmente um povo, cujas qualidades sempre o fizeram heróico quando tenha encontrado alguem digno de o dirigir.

Mas, não sucedeu o que devera ter-se produzido, e a nossa estremecida Pátria desde êsse período de esplendor tem experimentado bem duros golpes do destino, e está pobre tendo esbanjado os seus haveres com a inconsciente prodigalidade de um fidalgo ignorante e frívolo.

Que a história lhe sirva, ao menos de lição; e se a grande sombra de Albuquerque ainda lhe inspirar êsse sentimento de fidalgo orgulho, que tão nobres acções tem tantas vezes inspirado, certamente Portugal voltará a mostrar ao mundo que é capaz de lhe prestar inegualáveis serviços, talvez tão rapidamente esquecidos como os que já lhe prestou.

Diz-se que a nobresa obriga, e não ha nação

que maiores responsabilidades tenha contraído com o seu passado.

Pela minha parte confio nos destinos de Portugal, porque quem tem o seu passado pode encarar o seu futuro com confiança.

Que os manes de Albuquerque me desculpem do arrojo da minha tentativa de exaltar o seu nome; fui talvez irreverênte mas sem sombra de malevolência, porque se sinto em mim a descendência espiritual de Albuquerque é no grande amor que tenho pela pátria e pela memória dos homens que a enalteceram.

UMA DESCRIÇÃO DE CEUTA

Pelo DR. BALTAZAR OSÓRIO

Um dia, há pouco mais de cinco séculos, os portugueses, que acompanharam D. João da Boa Memória á primeira conquista do Algarve d'alem mar, puderam vêr a cidade, que um engenhoso prior do Hospital de S. João de Jerusalêm, figurou no chão duma sala do paço de Cintra, para que o rei e os principes soubessem, como eram dispostas as muralhas e as casas, os logares da costa onde podia desembarcar-se, e as portas, por onde em Ceuta, se podia entrar sem escalada. Todos puderam aquilatar, com o rei, a riqueza da joia que se pretendia engastar no reino, e de que até então, a maior parte, só conhecia os louvores. Sabia-se que era terra de mimos e de regalos, onde as caravanas que vinham do oriente, pelos desertos, dardejadas pelo sol, homens e animais cobertos do mesmo polvilho, a areia fulva levantada pelos ventos sêcos, o siroco ou o

simoun, que os havia volvido e a tudo quanto traziam a uma mesma côr, parecendo na imobilidade grupos colossais de barro cozido, sedentos de abluções, ávidos de repouso, encontravam as fôrças e o ânimo para voltarem depois, novamente, através dos plainos sem fim, onde só o nada existe, e algumas raras palmeiras, que prometiam, erguendo e abaixando os seus leques, uma lufada de aragem aos viandantes tisnados.

Eram êles que traziam da Pérsia, do Egipto, da Síria as drogas, os perfumes, e os tecidos que a Europa exigia, e que antes de atravessarem o estreito, eram lançados no mercado opulento de Ceuta.

Nos países europeus, se convertiam as mercadorias tranportadas de tão longe, nas prendas *exquises* dos noivados, nas recompensas de promessas amorosas, nas galas que os homens estadeavam ao sol, ou com que as mulheres amoleciam os tédios dos harens, ou os pesares da reclusão e da clausura.

Em troca recebiam o oiro colhido nas areias dos rios da Ibéria o cobre e a prata das suas minas, os frutos candilados pela exposição ao sol, as guzlas com que porventura marcavam o ritmo ao caminhar dos dromedários, e todas essas coisas raras, tão apreciadas, que a civilização árabe fecunda e inspirada, tinha inventado e creado no ocidente.

Pomares e vergéis rodeavam então a cidade moura; era por vezes embalsamado pela fragrância dos limoeiros e vinhedos em flor dos campos vizinhos, onde a par doutras plantas que davam flores e frutos se cultivava a cana do açucar, o ar, que transpondo os seus muros, entrava nas habitações para as encher de perfumes. Era fresca e desnevada a água das suas cisternas, cheias de sombra as ruas estreitas.

As casas ladrilhadas com tijolos, de desvairadas cores, vidrados (Azurara), rebrilhavam como os marmores alvos e polidos que guarneciam as soteas (terraços), onde as mulheres árabes costumavam subir, ao entardecer, para respirar essa brisa que vinha dos vergéis e pomares, sem serem vistas pelos homens.

Populosa e culta, a povoação sempre crescendo, encerrando dentro das suas muralhas muitos colégios, artífices, homens doutos de gentil espírito, era a mais bela e a mais povoada cidade que se encontrava na Mauritânia, segundo um geógrafo que a viu, pouco tempo depois de D. João I a ter conquistado. Devia ser cheia de encantos e de alegria para os que ali chegavam depois duma tão longa, perigosa, e demolidora viagem, através dos mares de areia, dos desertos implacáveis, onde a vida sob qualquer das suas formas, parece ter sido quási esquecida.

Surpreendia o aspecto estranho das estranhas gentes que se agrupavam nas praças e ruas, e que tinham vindo de partes longíquas do norte da África, e do sul da Europa, traficar e concorrer aos seus apregoados bazares.

A variedade das feições e da côr da pele, não surpreendia menos que o colorido diverso dos vestuários, o capricho da ornamentação, a fantasia dos bordados, a singularidade da forma e feitio das armas e das joias.

Nêsses bazares vendiam-se objectos magníficos de cobre que eram fabricados pelos seus proficientes artífices, que pela originalidade que lhe imprimiam, e pelo requinte da decoração, na Itália se julgava que provinham de Damasco.

Ali se ostentavam também outros produtos próprios do seu lavor, diante dos que os demandavam como mercantis, ou como desocupados visitantes, e entre êles um, a obra mais subida dos joalheiros de Ceuta; ramos de coral rubro arrancados do fundo do Mediterrâneo, polido, afeiçoado, convertido pela sua arte nos colares, anilhas, e pingentes simulando capelas, ramalhetes de flores dum jardim de sonho, animais duma fauna sómente creada pela sua fantasia.

Deviam casar-se bem com o tom da carne tanto das mulheres mussulmanas nobres, mais ou menos descendentes do profeta, como com o

dourado da tez das que vagueavam pelos aduares berberes, coloridas pelo sol e pela reverberação crua da luz intensa, êsses enfeites vermelhos, como as flores das romanzeiras.

A cidade por ventura não ofereceria apenas aos que a procuravam, o refrigério, o confôrto, a tranqùilidade que demandavam os membros laços, as exigencias não saciadas dos sentidos, a calma que requeriam os nervos mantidos numa tensão constante, determinada pelo receio do ataque súbito dos salteadores beduínos, ou dos leões do Atlas.

Por trás dos postigos rotulados viam-se de relance, olhos húmidos, tão brandos como os das gazelas, confirmar com uma sintilação a promessa feita antes da última viagem, que se havia cumprido.

Ceuta era no século xv a cidade medianeira do comércio entre os dois grandes continentes, enfeitada com todos os vícios e todas as louçanias que lhe davam a riquêsa.

Os que vinham pedir-lhe o que ela tinha para conceder-lhes, lançavam-lhe no regaço o que de mais cubiçado traziam das regiões do levante.

Vizinha do reino de Granada, onde a civilização adquirira, tanto na arquitectura, como na arte da tecelagem, da joalharia, da cerâmica, no

processo de forjar e esculpir os metais, na decoração dos seus alcáçares e disposição dos jardins de laranjeiras e de murtas, o mais sublimado requinte, Ceuta enviava-lhe solícita, essas apetecidas telas de sirgo que pareciam provir dos teares de fadas, lavores copiados de trechos de hortos dos contos das mil e uma noites, as arrecadas de aljofres do Golfo Pérsico, as armilas que ao andar tilintavam nos tornozelos, serpentes de oiro com a cabeça esmagada por um rubi de Ceilão, o pó com que se tingiam de púrpura os calcanhares e as unhas, os sendais que velavam a face, tornando mais profundo e negro o veludo dos olhos, os perfumes sólidos, fragância de muitas rosas em pomas minúsculas, que de Alexandria vinham a esta Venêsa do norte de Africa; tudo enfim que uma civilização no seu auge exigia como tributo á sua grandeza, dos obreiros das diversas partes do mundo.

Compreende-se como seriam grandes essas exigências, quando se medita nas deslumbrantes riquezas e perfeições do que ainda existe, e se vê quando se vai em romagem às relíquias do passado, a sombra de tudo que totalmente morreu, mas em que se presume o viver de príncipes para quem todas as artes, como que á porfia, inventavam deleites que lhe entretivessem e encantassem a mente desocupada.

Reconstitue-se dentro dos velhos alcáçares do sul da Hespanha, a quem a velhice emprestou toda a formosura das lendas que o tempo fiou e teceu, a criação e educação de príncipes que na infância percorriam, ao abrigo do sol, as arcarias dos páteos cobertas de oiro e de esmaltes azues e vermelhos, montados no dorso das avestruzes domadas, ou eram transportados sôbre o hombro, seguros pelo braço erguido, como quem mantem erecta uma cantara que se foi encher da longa franja de prata correndo da fonte, pelas desencantadas moiras, cuja aparição arreigava mais nos crentes a fé, no existir das prometidas huris.

Era em geral curta a adolescência dêsses príncipes que bem cedo exigiam a liberdade de montear, de caçar com os falcões e gerifaltes, que tinham ânsia de conhecer de perto a liberdade, que não era admitida no harêm.

Ao amor pelas aves caçadoras, originado das suas prendas e formosura, falcões brancos de neve, enluvados de escarlate, como se tivessem pousado em sangue, enleiava-se o entusiasmo pelas *fantasias,* em que todos os dotes de cavaleiro destro e perfeito, tinham ensejo de ser exibidos.

Alguns dêsses príncipes perante quem a ventura durante todo o seu viver depusera oferendas, tinham habitado Ceuta, e contribuido para torná-la famosa e bela.

Dos geógrafos antigos poucos a nomeiam. Parece que não existia no tempo de Plínio, (século I), o enciclopedista memorável, pois na sua *História natural,* encontra-se uma referência aos sete montes em que foi edificada, mas nenhuma á cidade famosa. Era no seu tempo lugar não habitado pelos homens, mas freqúentado por animais que dali desapareceram, com a cultura dos campos e com o progresso, fugindo por assim dizer perante a civilização, como de resto tem acontecido em quási todo o mundo, pelas mesmas causas.

O célebre bispo de Hypona, Santo Agostinho, que nasceu por meiados do século IV, e ainda viveu mais dum lustro do século V, consagra-lhe numa das suas obras algumas palavras e creio mesmo que lhe celebra a formosura. Ceuta existia portanto já no tempo em que êle meditava ou escrevia algum dos seus notáveis livros, a *Cidade de Deus,* as *Confissões,* ou qualquer das suas muitas obras que lhe deram imperecível fama, e o valor, para ser julgado, como um dos mais famosos teólogos, e talvez o mais célebre da egreja latina.

Uma lei do Imperador Justiniano (século VI) manda que em Ceuta haja um tribuno, com alguns soldados e navios ligeiros, para guardarem o estreito.

Dante (fins do século XIII princípios do século XIV), o maior dos poetas italianos, fixou-lhe o nome, num daqueles seus tercetos imortais como os bronzes, refulgentes como cristalizações do génio.

«Acciocché l'uom piú oltre non si metta,
«Dalla man destra mi lasciai Sibilia
«Dall'altra giá m'avea lasciata Setta.

(*Inferno.* Cant. XXVI, terc. 37).

Nada lhe faltou portanto, para ser conhecida na idade média; pregoavam-lhe o nome os homens de maior saber e talento, espalhavam a fama de que era hospitaleira e culta os que a procuravam para comerciar ou para repousar-se, embora não tivesse a origem fabulosa que se atribue a muitas povoações da terra, e a lenda não lhe enredasse o nascimento com o capricho dalgum desfavorecido mariante, aportado náufrago á pequenina península onde demora.

O comércio e o interêsse parecem ter sido os seus verdadeiros fundadores; e o seu começo, longe de se envolver no sendal de remotos tempos, julgamos poder fixar-se a partir duma determinada época, que devemos tomar por certa.

Parece que cuidara sempre mais de alindar-se do que de armar-se; em todos os tempos, apesar do seu castelo e muros ameiados, foi mais descuidosa do que precavida, confiante na fôrça

dos seus numerosos habitantes e vizinhos, que podia chamar quando a salteasse o perigo; os que a governavam pensaram talvez que estava bem defendida pela necessidade que todos lhe reconheciam, pois era o grande mercado onde numerosas nações vinham abastecer-se.

Considerava que o seu cosmopolitismo seria o seu paládio, e que os bazares regorgitantes de mercadorias ambicionadas, haviam de ser os adarves e bastiões da sua guarda.

Tal era a cidade da Ceuta nos princípios do século xv.

SOBRE AFONSO DE ALBUQUERQUE

Discurso do sócio efectivo Henrique Lopes de Mendonça, presidente da Comissão Académica dos Centenários

Senhor Presidente da República:
Minhas senhoras e meus senhores:

Retalho insignificante de uma península acantoada no extrêmo sudoéste da Europa, Portugal entrou abruptamente na história pela porta de Ceuta, dominou-a pela mão de Afonso de Albuquerque.

Esta é, senhores, a síntese do século iniciado pela queda da cidade mourisca, terminado pelo baquear do gigante. Foi como se das muralhas ameiadas de Ceuta se houvesse soltado uma águia, que na envergadura das suas azas abrangeria o contôrno da Terra.

Mau grado as afirmações dogmáticas de modernos filósofos, embebidos de racionalismo utilitário, é esta tradição épica, ainda hoje, a razão essencial, intrínseca, profunda, da existência de

Portugal independente. Há na história uma lei moral, que muitas vezes presta força, quando não sobreleva, às leis, aparentemente inflexíveis, da matemática. Foi ela que, evocando tradições velhas de dois mil anos, deu origem à reconstituição da nacionalidade helénica. É ela que sustenta, numa prega anfratuosa dos Pirineus, a minúscula rèpública de Andorra. Será ela que cimentará de futuro, com o sangue derramado pelos plainos da Bélgica e pelas montanhas da Sérvia, a independência das duas heroicas nações.

Por isso eu julgo, senhores, que nunca merecerá pecha de inoportuno o culto rendido pelo povo português às lendas épicas do seu passado. Para as renovar? Não. Fôra mais que pueril e anacrónico, fôra criminoso até, à luz dos ideíais humanitários da democracia, germinar na alma portuguesa ambições de conquista e de domínio imperial, que constituiram o sonho dos nossos maiores quinhentistas. Mas que jámais esqueça em que veias circulou o sangue que hoje lateja nas nossas, que braços potentes enlaçaram nossas avós para dar o ser às gerações que nos precederam, de que enormes feitos foi capaz a nossa raça, de que enorme clarão ela inundou a História!

Essa visão da nossa vida pregressa infiltra-

nos na consciência o sentimento de dignidade nacional, acrisola e nobilita o nosso patriotismo, estimula-nos para a caminhada do futuro. Certo que não teremos de afeiçoar os braços ao brandir do montante, nem os olhos ao bornear da bombarda. Outras ocupações reclamam a actividade do povo português, hoje que não há mundos novos a desvendar, nem falecem territórios para a expansão da nossa raça, nem nos sobejam forças para distraír em emprezas gigantescas. Louco será todavia quem, perante o atroz espectáculo que nos apresenta o mundo convulsionado, julgar que mãos portuguesas não devem largar a rabiça do arado ou a lançadeira do tear, e que as artes da paz serão de ora àvante seu exclusivo emprêgo. A triste condição da Humanidade se nos revela de sobejo, para que não esqueçamos o velho prolóquio: *Homo homini lupus*. E bem se mostra que de lobos não anda livre o povoado. Não é com fueiros nem com picaretas que se livrará do seu eventual assalto um país de agricultores e de operários. Por pequeno que seja, urge que não lhe faltem meios de embotar os colmilhos da fera, quando não tenha força para a prostar. Convem que não se limite à leitura das *Georgicas* um povo que tem os *Lusiadas*.

Assim pois, a cultura do patriotismo é condi-

ção essencial para a manutenção dos povos. Patriotismo levantado e nobre, que não se estribe meramente no interêsse material, que não se traduza na simples solidariedade associativa do mercantilismo. Aliás, as fôrças mercenárias conduzirão à ruína, como sucedeu à poderosa Cartago. É indispensável que uma forte dose de ideial entre na composição dêsse sentimento complexo, que constitue a energia das nações. E é certamente o vento da tradição, engolfando-se pelo corredor dos séculos, que ateiará nos corações a chama sagrada.

Perdoai-me, senhores, a digressão quási involuntária, decerto ociosa para o culto auditório que honra esta solenidade. Mas nunca se me afigura extemporânea a luta contra os excessos do utilitarismo, que ameaça subverter todas as aspirações ideialistas, alternadamente arrogante quando no militarismo encontra apoio, e pusilânime quando assoberbado por formidáveis problemas. São odiosas certamente as nações que agridem sem justiça; mas são indignas de existência as que não sabem defender a própria liberdade.

A tradição heroica é tão necessária aos povos, que êles a desentranham da lenda, quando não a encontram na história. Assim surgiu Aquiles na aurora da civilização helénica; assim se man-

tem na memória helvética o mito venerando de Guilherme Tell.

Nós, comtudo, portugueses, podemos, com legítimo orgulho, dispensar a lenda para avolumar a nossa herança de glória. Que importa que uma severa hermeneutica atire para os limbos da fábula o milagre de Ourique, oblitere das páginas da história as imagens de Martim Moniz e de Fuas Roupinho, desmembre a figura simbólica da Maria da Fonte? Sobejam-nos heroicos homens e heroicos feitos para encher as almas de fé no futuro da nossa raça, para justificar perante o mundo, sôbre o qual espalhámos a plenas mãos benefícios nunca excedidos, a livre existência de Portugal.

E agora mesmo, senhores, aos olhos do universo deslumbrado, nós deveremos erguer, como hóstia guardada no sacrário dos nossos corações, a memória resplandecente de Afonso de Albuquerque, que na história da civilização humana apenas encontra dois pares: Alexandre Magno, entre os antigos; Napoleão Bonaparte, entre os modernos.

*

Arrojado parecerá porventura, inspirado em jactâncias de chauvinismo, o conceito que acabo de formular. Entretanto, quem como eu tenha

mergulhado a vista curiosa nos documentos que nos restam dessa gigantesca individualidade, quem tenha como eu procurado reconstituí-la na sua complexidade assombrosa, quem lhe tenha medido a estatura pela craveira dos grandes homens, não pode furtar-se à evidência. Afonso de Albuquerque, acima de todos os portugueses, de igual a igual com raros dos estranhos, realiza a definição dogmática, traçada por Carlyle, do heroi supremo, do condutor da grei humana: «aquele a cuja vontade devem subordinar-se as nossas, e lialmente submeter-se, e achar nessa obediência a prospera fortuna».

Todos êsses caudilhos sobrehumanos têem uma missão histórica a cumprir. Escolhe-os o Destino para a realização de altos desígnios, quási sempre nebulosos para a sua própria consciência. Quando sonham apenas fundar um império, cevar ambições de poderío, pôr em mãos de um povo eleito a hegemonia mundial, êles operam transformações profundas no viver social da humanidade.

Assim, Alexandre da Macedónia foi o disseminador predestinado da cultura helénica. O seu império desmoronou-se, mas a flôr da civilização mais bela que tem existido alastrou vigorosa pelo mundo antigo. A espada de Napoleão Bonaparte iluminou os espíritos com os lampe-

jos reflectidos da Revolução Francêsa. Partiu-se-lhe nas mãos o sceptro, rolou-lhe da cabeça a corôa; mas não houve recanto da Europa onde essas faíscas não ateiassem lavaredas.

Semelhantemente, qual foi a misteriosa missão de Albuquerque? Não decerto fundar o império mais colossal que pode caber em fantasias humanas, em benefício de uma das nações mais pequenas do orbe. Não decerto tornar os Oceanos tributários de uma nesga de terra, excessiva ainda assim para a mancheia de homens que a povoava. Não! Mais alta, mais transcendente, mais gloriosa era a méta a que o Destino o impelia: encorporar as caducas civilizações asiáticas na robusta e vivaz civilização da Cristandade, unir pelo comércio, sob a hegemonia da Europa, todas as raças e todas as crenças.

Em seis anos, o seu braço de Titan fez a sementeira admirável. Não foi para a sua pátria o exclusivo da colheita. Logrou-a a humanidade inteira. Sem êle, não fôra possível o imperialismo colonial que a Inglaterra traçou por completo, pelo que respeita ao Oriente, sôbre o plano concebido em seu potente cérebro, e realizado, nas suas linhas gerais, pela sua enérgica vontade. Sem êle, o mahometanismo triunfante houvera empecido no mar das Índias e no Pací-

fico a marcha da civilização humana. Sem êle, o Japão não teria começado a saborear os frutos opimos do labor ocidental. Sem êle, em suma, tornar-se-ía impossível o desenvolvimento do inter-câmbio intelectual e moral, que é a essencial característica do mundo moderno.

Á vista de um tal quadro, delineado a largos traços, haverá quem alcunhe de temerária a elevação de Albuquerque às mais altas cumiadas da História? Não é certo que só poderia atingir tais proporções uma dessas figuras sobrehumanas, que sintetisam todas as grandes qualidades de uma raça? Não é êle porventura um dêsses compêndios de perfeições que só de longe em longe, na estrada dos séculos, sobrelevam à humanidade para lhe apontar o caminho do futuro?

Não é a espada de conquistador que particularmente o designa à veneração da posteridade. Nem a sua audácia guerreira o alçaria a plano sobranceiro à pleiade heróica em que tantos o igualam. Não é tambêm como nauta que êle transcende aos inúmeros que fizeram flutuar as quinas pelos Oceanos incógnitos. O que torna grande, acima de todas, a figura de Albuquerque é a conjunção dos predicados que distinguem os capitães excelsos com o génio do diplomata, do organizador, do homem de Estado.

Aquêles que, imbuídos de humanitárias e generosas doutrinas, nem sequer temperam com assomos de admiração o seu ódio às violências da conquista, ideialistas refratários que sonham com o reinado de Astréa, pacifistas que cerram os olhos à mórbida fatalidade do rebanho humano, êsses mesmos se sentirão dominados, quando considerarem os variados aspectos do gigante.

A obra de guerra não era para êle senão um apresto, tristemente indispensável, para a obra de paz; pois não há seara civilizadora que não demande adubo de sangue, ai de nós! Albuquerque impunha-se pelo terror, para acabar pelo afecto.

Seja-me lícito apropositar períodos por mim próprio escritos há poucos mezes:

«No meio de populações inimigas, formidáveis pelo número e pela ferocidade, dispondo de um punhado de guerreiros que, na melhor das hipóteses, não chegava a cinco milhares, à distância de cêrca de três mil léguas da terra natal, minada a sua autoridade por ódios e intrigas intestinas, numa época em que o respeito pela vida humana era mais uma aspiração de filósofos do que uma preocupação de estadistas, os exemplos de severidade implacável impunham-se para intimidação de povos habituados

ao direito da força, para escarmento de ambiciosos que ludibriavam a disciplina. O chão que trilhava gerava-lhe a cada passo adversários. Soldado de Cristo, sûrgiam diante dêle as sombras ameaçadoras de Mafoma, de Brahma, de Budha, sem contar a hoste de feitiços grotescos e sanguinários. Representante da civilização greco-romana, via-se defrontado pelas velhas, improgressivas e sombrias civilizações asiáticas. Ambicionando abrir novas estradas ao comércio humano, tropeçava de contínuo contra a sanha da avidez semítica, aferrada às riquezas mercantís do Oriente. Dada a escassez dos seus meios de acção, que admira que, repugnante embora à generosidade da sua índole, êle lançasse mão do terror, como instrumento necessário de domínio?» (1).

Mas — continuo agora — apenas o domínio se fixava, o seu génio desentranhava-se enérgico nas obras de paz. A sua diplomacia previdente e astuta serpenteava pelos meandros tortuosos da política oriental, onde raças diversas, crenças desvairadas, povos antagónicos, se atropelavam, atraindo-os todos, por insinuações, por amavios, por dádivas, para a rota fulgu-

---

(1) *Cartas de Afonso de Albuquerque,* t. v. — Introdução, pag. xvi.

rante aberta pela sua espada. O seu espírito de tolerância, raro na sua época, não consentia a destruição de mesquitas e pagodes para levantamento de egrejas. Se promovia o alargamento da fé cristã, identificada com a civilização de que era representante, adeantava-se aos seus coevos, não perseguindo, antes respeitando, os ritos indígenas. Era uma missão toda de amor a que lhe refluia dos olhos afeitos à severidade, das mãos treinadas no manejar do ferro, do cérebro pejado com um pensamento titânico. Com desvelado carinho êle inicia e favorece o germinar da raça indo-lusitana, que supriria a forçada escassez da imigração colonizadora. Os cuidados da assistência pública sucedem sem solução de continuidade às calamidades da guerra. Ao pé da fortaleza, ergue-se logo o hospital. A evangelização da egreja tem como indispensável auxiliar o doutrinamento da escola. A beneficência oficial prodigaliza-se em dotes de casamento, em subsídios a mulheres e creanças, em socorros a feridos e enfermos, em esmolas a indigentes e inválidos, em dádivas de roupas, de mantimentos, de habitações, manancial exuberante que revela, por detraz de uma assombrosa organização de legislador, as excelências de um coração magnânimo!

Não é verdade, senhores — perguntal-o-ei sem

desdouro — que êste aspecto do grande homem é novo para muitos de entre vós? Nem êsse lapso de visão deve surpreender. A posteridade não tem sido para Albuquerque muito mais grata do que o foi em sua vida o soberano que êle engrandeceu sôbre todos. O nome de Afonso de Albuquerque ressoa a ouvidos portugueses como uma estrofe trivial da imensa epopeia, fulgura a seus olhos como aos olhos do astrónomo brilha em constelação copiosa uma estrela rotulada com uma letra grega.

O próprio Camões julgou inútil inflar as faces para clangorar a sua fama na tuba sonorosa. Um magro monumento, em que o artista se viu forçado a faixar a inspiração nas compressas de um legado patriótico, preguiçosamente relembra aos viajantes, por detraz do barracão de uma linha férrea, a glória dêsse fundador de impérios. Meia duzia de linhas evocam ao espírito das creanças portuguesas êsse paradigma único da sua raça, que em páginas estranhas reluz entre as memórias sombrias de Tamerlan e de Aureng-Zeyb. Os seus ossos, provávelmente desconjuntados pelos baldões de quatro séculos de irreverência, esperam num recanto indeciso do edifício da Graça a trasladação para moimento digno da sua grandeza. Em suma, senhores, o reconhecimento nacional nem sequer é

comparável à planta lendária do aloes, que floresce de cem em cem anos: quadruplicou-se o período, e êle ainda não desabrochou em corações empedrenidos!

*

Acabo de rememorar, em breves, talvez rudes palavras, a desventura póstuma de Afonso de Albuquerque. O dia de hoje não pode passar porêm sem outra recordação dolorosa. Ao epinício tem de misturar-se a elegia. Se me é lícito um paralelo a que não ligo a mínima intenção de desacato blasfemo, cumpre-nos celebrar a Paixão do semi-deus, com a voz ainda enrouquecida pelos hosanas do Triunfo.

Pelo outono de 1515, formigavam as ruas da opulenta Ormuz com gentes desvairadas, que acorriam a prestar homenagem ao leão dos mares, conforme a imaginosa qualificação dos orientais. Eram embaixadas de Lara, de Rexer, de Baharem, de Catife, de Bassorá, das terras confinantes da Pérsia e da Arábia, coleando em cavalgadas e cáfilas ajoujadas de presentes. Eram caravanas vindas de longe, não mais que a ver aquele cujas vitórias haviam renovado no Oriente a fúlgida tradição de Alexandre. E para guardarem duradoura memória da perigrinação,

ou para que os ausentes suprissem pela imagem a falta de visão directa, uma chusma de desenhadores e pintores espreitava a comparência do modêlo excelso.

Mas o governador português raro se deixava ver. A disenteria depauperava-lhe o organisno caquéctico, a malaria queimava-lhe os restos de vida. Quando a enfermidade lhe permitia saír da fortaleza, para desmentir atoardas da sua morte, cercava-o uma multidão variegada de mouros, de arabes, de persas, de kurdos, para lhe erguerem louvores, para o cumularem de dádivas, para lhe beijarem a mão, para meramente cevarem a vista em sua fisionomia macerada. Albuquerque detinha o cavalo, e a quantos o cercavam falava com afabilidade. E o amor crescia nos corações, de envolta com o respeito.

Chegara ao apogeu do poderio e da glória. Nunca, diz um dos seus cronistas, fora tamanha em nação alguma a fama de um capitão ilustre. Mas sôbre o seu caminho atapetado de palmas projectava-se a sômbra da Morte. O grande velho pressentia-a próxima. Chamou a conselho os capitães da armada, para prover á sua eventual sucessão. Fez as suas disposições testamentárias. E a 8 de Novembro, quási clandestinamente, saiu de Ormuz, mandando ao reí

da terra as suas despedidas, por não poder pessoalmente faze-las.

Fúnebre viagem essa! Era como se houvesse soltado o rumo para a sepultura. A agravarem-lhe os mortais achaques, alanceavam-no rebates do menosprezo régio. Debalde os amigos engendravam consolações, fantasiando as honras que o aguardariam no regresso ao reino. Albuquerque abanava a cabeça encanecida e macilenta. Que honra daria o pequeno Portugal, que mesquinha não fôsse, comparada à governança da Índia? Um condado! um ducado! um trono até! que era isso para quem largava das mãos ametade do mundo?

As suas apreensões não mentiam. Logo pelas alturas de Calayate, teve a nova fatal, o derradeiro golpe que faltava para o arremessar ao túmulo. Na sua ausência Lopo Soares de Albergaria empossara-se do govêrno, conforme as ordens de el-rei. Os intrigantes e insubordinados que êle escorraçara voltavam em alcateia, precipitando-se sôbre os mais honrosos cargos. Foi então que dos seus lábios descórados saiu a histórica frase, síntese de uma vida de grandeza e de amargura:

«Mal com os homens por amôr de el-rei, mal com el-rei por amôr dos homens!»

Pouco antes ditara a última carta ao rei de

Portugal... Ah! essa carta, reçumando o suor da agonia, gotejando sangue de um coração torturado, impregnada de sublime orgulho e de inquebrantável lealdade, essa carta, é mister que a tenham constantemente na memória, para escarmento e estímulo, quantos portuguêses, ainda no século xx, seguem na piugada do soberano egoista do século xvi! Ao relel-a, peza-me que a minha voz não tenho sons de bronze, e não se repercutam, não retumbem por todos os rincões de Portugal essas palavras, que avultam na Paixão do heroi como as sete palavras divinas no Evangelho de Jesus Cristo.

Eis a versão autêntica, que dispensa as galas de retórica com que a ataviaram os historiadores:

«Senhor. — Eu não escrevo a vossa alteza per minha mão, porque quando esta faço, tenho muito grande soluço, que he sinal de morrer: eu, senhor, deixo cá esse filho per minha memoria, a que deixo toda minha fazenda, que é assaz de pouca, mas deixo lhe a obrigação de todos meus seruiços, que é mui grande: as cousas da India ellas fallarão por mim e por elle: deixo a India com as principaes cabeças tomadas em vosso poder, sem nela ficar outra pendença senão cerrar-se e mui bem a porta do estreito; isto é o que me vossa alteza encomendou: eu, senhor, vos dei sempre por conselho, para segurar de lá a India, irdes-vos tirando de despesas: peço a vossa alteza por mercê que se lembre de tudo isto, e que me faça meu filho grande, e lhe dê toda sarisfação de meu seruiço: todas minhas confianças puz nas mãos de vossa alteza e da senhora Rainha, a elles me encomendo, que façam minhas

cousas grandes, pois acabo em cousas de vosso seruiço, e por eles volo tenho merecido; e as minhas tenças, as quaes comprei pela maior parte, como vossa alteza sabe, beijar-lhe-hei as mãos pô-las em meu filho: escrita no mar a 6 dias de dezembro de 1515». (1)

Prostrai-vos, portugueses; inclinai-vos, homens de coração da Terra inteira! Surge a vossos olhos a dupla majestade do génio e do infortunio! Êste documento é o — *Ave, Caesar! Morituri te salutant!* — clamado na arena do mundo pelo fundador de impérios! Todo o *Memorial de Santa Helena* não vale estas patéticas dezoito linhas, apóstrofe de um Titan na agonia, arremessando a Terra aos pés de Zeus impassível!

Ia relembrar-vos a morte e o funeral de Albuquerque. Mas reconheço a frouxidão da minha palavra para vos trazer um éco sequer do baquear formidável. Á semelhança do sacerdote que em seus ritos se atem ao texto evangélico, eu recorro a um dos quatro evangelistas dêsse periódo épico. São êles Fernão Lopes de Castanheda, o filho de Afonso de Albuquerque, Gaspar Correia e João de Barros. Escôlho o primeiro, que soube encontrar na sua pena ingénua acentos de vigor dramático, dignos do seu gigantesco homónimo do século XV.

---

(1) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, t. I, pag. 380.

As duas pagínas que vou reler, aliás familiares à grande maioria do meu ilustre auditório, quisera eu que fôssem transcritas em todas as selectas para uso da mocidade portuguesa, pois nunca mais comovidas e belas, e mais consentâneas com a grandeza do assunto, se escreveram porventura em nossa língua.

«E dali por diante se achou cada vez peor, de maneira que sabado quínze dias de Dezembro á noite que foi surgir na barra de Goa havia quatro dias que trazia soluço, e estava tão fraco que logo arrevessava quanto comia. E depois de surto veiu ter com ele frei Diogo, vigario geral da India, que ele mandou chamar pelo capitão do bergantim: e assi veiu mestre Afonso medico que lhe levarão algum vinho vermelho fresco de Portugal que desejava: e aquela parte da noite esteve sempre em seu acordo falando com seu confessor, e uma hora antes que falecesse se lhe torvou a fala. E estando-lhe lendo a paixão de que era muito devoto, e em que dizia que levava sua esperança de salvação, deu a alma a Nosso Senhor domingo ante manhã dezasseis de Dezembro de mil e quinhentos e quinze, vestido em o habito de Santiago, de cuja ordem era cavaleiro, que sempre teve por patrão e advogado diante de Nosso Senhor, a quem muito devotamente pediu perdão de seus pecados antes de seu falecimento. E falecido foi posto na tolda da nau sobre um catle que estava coberto com um pano de brocado, com uma almofada do mesmo á cabeceira, e como tinha o rosto descoberto parecia que estava dormindo, e nisto era o pranto muito grande na nau, assim de seus criados como dos outros, e dali se espalhou polas outras naus, onde todos tinham grande sentimento por perderem tal governador. E sendo manhã clara chegou Simão de Andrade que ficara atrás, e querendo entrar pera dentro do rio, mandaram-lhe dizer os outros capitães que esperasse pera acompanhar o corpo do governador até a cidade. E ele não quís senão ir-se, mostrando grande prazer de seu falecimento, cuidando que dava nisso contentamento a Lopo Soares.

.....

«Depois que aprouve a Nosso Senhor de levar desta vida este tão esforçado e famoso capitão, foi aberto seu testamento, em que se achou que mandava que seu corpo fosse enterrado em Nossa Senhora da Serra que está na cidade de Goa, onde logo foi recado pera que os clerigos e leigos se percebessem pera as derradeiras honras que haviam de fazer a quem ganhou aquela cidade, onde o rebate de novas tão tristes deu assaz de torvação, especialmente ouvindo dobrar os sinos, que a todos certificaram ser a nova verdadeira, que ainda alguns a não podiam crer. E como todos tinham amor de pai ao governador, uns polos casar, e lhes dar fazenda pera sustentamento de suas vidas, outros porque por natureza se inclinavam a isso polas virtudes que havia nele, não houve nenhum que não mostrasse no rosto a magua que tinham no coração, e uns com os outros faziam ajuntamentos por essas ruas falando na morte de Afonso de Albuquerque, que trazia á memoria a muita honra e louvor que ganhara na vida, assi em servir a Nosso Senhor como a el rei, afirmando todos que nunca iria á India outro tal. E nisto chegou o seu corpo ao cais, onde o estavam esperando os clerigos e frades com suas cruzes, e todas as confrarias com sua cera, e o capitão da cidade com todos os fidalgos e gente outra que havia nela. E tirado no batel no catle em que ia, foi posto em terra pera o encomendarem. E como vinha vestido no habito de Santiago, e uma rede de ouro na cabeça com uma carapuça e beca de veludo negro, e a barba branca que lhe chegava até á cinta e o rosto descoberto com os olhos meios abertos parecia vivo. E quando assi o viram todos que conheceram o desamparo que o estado da India recebia por sua morte, foi tamanho o choro que todos alevantaram, que mais foram lagrimas que os clerigos choraram que palavras que pronunciaram pera o encomendar. E tomando-o com este pranto debaixo de um palio que levavam fidalgos, começaram de caminhar pera Nossa Senhora da Serra. E entrando pola cidade parecia que se fundia toda com gritos das mulheres que ele casara, que todas sairam a vê-lo. E postas todas em cabelo, e dando com as mãos nos rostos lamentavam sua orfandade, dizendo umas que perdiam pai e outras senhor: e assi o choravam comummente christãos, gentios e mouros, e em toda a cidade se não ouvia outra cousa senão choros, soluços e suspiros, e com eles foi aquele corpo le-

vado a Nossa Senhora da Serra, onde depois de se dizerem em uma pregação seus grandes louvores foi sepultado, e posta sobre sua sepultura uma eça de veludo negro e damasco, por se não achar veludo que abastasse: e sobre a eça foi dependurada a bandeira que levava nas batalhas, e suas exequias duraram um mês, e daì por diante se lhe disse cada dia uma missa, que ele deixou pera sempre. E depois de ser sepultado, ainda o pranto durou na gente, o que ficava do dia e toda a noite seguinte, não somente nos nossos, mas nos gentios e mouros, porque todos o tinham por pai: e assi os amparava ele, e os mantinha em paz e em justiça, porque afora o esforço que lhe Nosso Senhor deu pera a guerra, dotou-lhe tanta prudencia que nenhuma cousa lhe ficava por saber que fosse necessaria pera boa governança da republica.» (1)

*

Por esta hora em que vos falo, senhores, cumprem-se exactamente quatrocentos anos sôbre os acontecimentos que por minha boca vos acaba de recordar Castanheda. É doloroso, sem dúvida, o espectáculo que êle evoca. Todavia, a dôr é fecunda, quando a alma é forte. Pela piedade se abre caminho à justiça, pela justiça se chega à admiração. Numa assembleia de peninsulares, não é de estranhar que antes de

---

(1) Castanheda, *Hist. do descobrimento e conquista da India pelos portugueses*, Liv. III, cap. CLIV e CLV. Sendo meu intento, conforme o declaro no discurso, vulgarizar este trecho, modernizei a ortografia, aliás bastante irregular, que se encontra na edição de Lisboa, 1833, da qual fiz a transcrição.

O mesmo fiz com respeito á carta de Albuquerque, acima transcrita.

tudo se apele para o sentimento. O raciocinio virá depois, e, na hipótese presente, ratificará de sobejo os ditames da paixão.

A vida de Albuquerque na Índia pode hoje recompôr-se pelo testemunho dos cronistas e sôbre os documentos publicados pela Academia das Sciências de Lisboa. Não é êste, por certo, um dos menores serviços que a nossa douta corporação tem prestado à história. Iluminou uma figura que, acima de todos os portugueses e só a par de Camões, se impôs à veneração do Universo. Contribuiu para que no altar da Pátria se lhe dê o lugar proeminente, que lhe tem regateado a ingratidão ou a displicência dos pósteros. Concorreu para que dessa vida, exemplar como a dos varões de Plutarco, se desentranhem todas as lições de virtude cívica, proficuas às gerações futuras.

Senhor Presidente da República: por uma coincidência salutar, tem V. Ex.ª em frente do seu palácio a efigie do heroi supremo. Não são pertinentes para o seu alto espírito as minhas exortações. Ouso comtudo fazer votos para que, na contemplação dêsse bronze simbólico, os olhos da sua alma penetrem mais àlêm que os olhos do corpo. Não veja V. Ex.ª nêle o conquistador audaz, o guerreiro intrépido, o capitão eminente. A missão bélica de Portugal está

de há muito cumprida, e não serei eu quem anseie pelo seu renovamento. Mas o precursor do imperialismo moderno possui qualidades máximas, que se impõem à meditação de todos os governantes. Sinto-me feliz em crer que V. Ex.ª, desenvolvendo as nobres faculdades que lhe mereceram a mais excelsa dignidade nacional, não desdenhará os ensinamentos daquele que, em tino político, em capacidade administrativa, em espírito de tolerância, em primores de altruismo, se adiantou ao seu tempo e não desmerece do nosso.

Não se tornará estéril esta consagração, modesta como é, se ao Chefe do Estado ela incitar na escolha de um paradigma sobrehumano, se em todos os circunstantes ela acrisolar os sentimentos de honra, de patriotismo e de bondade, que devem ser o apanágio dos portugueses.

Durante meio século, ao túmulo de Afonso de Albuquerque convergiam europeus e indígenas, a implorar amparo contra opressões e vexames. Arrebataram de Gôa o seu corpo, que era como o paládio da metrópole indiana. Nenhum govêrno de Portugal quis até agora dar-lhe o jazigo que lhe compete, em frente de Vasco da Gama e de Luís de Camões. Faça-o finalmente a República. Aliás, julgar-se-há que o regimen ciumento se arreceia da

possível romagem de agravados à sepultura do Justo.

Ah! que a minha voz encontre éco em vossos corações! Tenho lutado para que a pátria resgate a dívida sagrada! Devo descoroçoar? Não! Não queirais que, com mais justiça na causa do que vanglória no ambicioso paralelo, eu remate pelos desalentados versos do poéta:

> Não mais, Musa, não mais; que a lyra tenho
> Destemperada, e a voz enrouquecida;
> E não do canto, mas de ver que venho
> Cantar a gente surda e endurecida.

Permiti-me antes que termine, invocando palavras de esperança, embora indignas do confronto. São as mesmas que há um quarto de século andam na boca do povo, as mesmas que, da minha modesta lavra, receberam, se não mereceram, a consagração da República:

> Levantae hoje de novo
> O esplendor de Portugal.

LIBRARY
JUN
22
1979
UNIVERSITY OF TORONTO

25.4

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

DT
329
C5A4

UTL AT DOWNSVIEW
D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 12 23 03 09 010 1